

Atos ocorreram em mais de 400 cidades

Manifestações pelo Brasil pedem vacina e “Fora Bolsonaro!”

Na Avenida Paulista, 9 quarteirões tomados. Milhares no Rio e DF

Avenida Paulista, no Centro de São Paulo, foi tomada no sábado (19) para uma grande manifestação contra o des-governo Bolsonaro na pandemia, no momento em que o país chora a trágica marca de mais de 500 mil mortos pela Covid-19. Fo-

ram realizados atos em várias regiões do país e no exterior. Os organizadores informaram que os atos em todo país reuniram mais de 750 mil pessoas em 427 atos realizados no Brasil e em 17 países, como Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Portugal, Itália, Finlândia e Argentina. **Página 3**

Roberto Parizotti

Foto detalhe: Felipe Campos Mello

Nilson Bastian - Câmara



Luciana: 500 mil vidas perdidas! “Bolsonaro é o responsável por essa tragédia!”

“Ao atingir a cifra de 500 mil mortes, o Brasil chega a uma situação de tragédia social de grande proporção”, afirmou a presidenta do PCdoB e vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos, em nota. “É inaceitável a continuidade dessa calamidade, que poderia ser evitada com medidas absolutamente possíveis, previstas sobretudo na Constituição”, disse. **Pág. 3**

Dino decreta luto oficial pelas 500 mil mortes pelo vírus da Covid-19

O governador Flávio Dino decretou luto oficial de três dias, em todo o Maranhão, em solidariedade e respeito às famílias dos 500 mil brasileiros mortos pela Covid-19, marca infelizmente atingida no sábado (19). “Todas as vidas são sagradas e o mal não pode ser banalizado. Minha solidariedade às famílias brasileiras”, disse o governador, em sua rede social, após o anúncio do decreto. **Página 3**



Senadores vão ao STF contra MP que abre caminho para a privatização da Eletrobrás

O senador Cid Gomes (PDT-CE) afirmou que irá recorrer ao STF para tentar anular a aprovação da medida provisória que abre a porta para a privatização da Eletrobrás. “Vou entrar com ação no Supremo Tribunal Federal para reverter a ilegalidade

que foi cometida hoje no Senado na votação da privatização da Eletrobrás”. O senador José Serra (PSDB-SP), um defensor histórico do modelo de privatização, no entanto votou contra a MP, junto com toda a bancada do PSDB do Senado. **Pág. 2**

Como Etchegoyen, Mourão também é contra PEC que exclui militares da ativa do governo



O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, afirmou em entrevista ao Estadão que “já existe limitação” à participação de militares da ativa em cargos comissionados no governo e não vê necessidade de outro tipo de legislação, se referindo à PEC que tramita na Câmara. **Pág. 3**

Para colunista do LA Times, “a hipótese de vazamento para origem do Sars-Cov-2 é charlatanismo”



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

O escritor e jornalista premiado com o Pulitzer, Michael Hiltzik, em sua coluna no Los Angeles Times, o terceiro mais importante jornal dos EUA, advertiu que “o que falta” na chamada “revisão” sobre a origem do novo coronavírus – recém encomendada à CIA e badalada pela mídia – “é o fato básico”: “não há qualquer evidência” de uma suposta infecção pelo vírus em laboratórios chineses, nem para as “versões mais violentas, de que o vírus foi deliberadamente manipulado”. **Página 7**

Empresa privada causa no Amapá o quinto apagão

“Tem significado de diagnóstico esse apagão no Amapá por responsabilidade de uma empresa privada ter acontecido no mesmo momento em que está pautada essa medida provisória de privatização da Eletrobrás”, criticou o senador Randolfe Rodrigues. **P. 4**

Globo: “Quando entra em jogo a saúde do povo e a democracia, não há dois lados”

Reprodução



“Quando estão em perigo coisas tão importantes como o direito à saúde, por exemplo. Ou o direito de viver numa democracia. Em casos assim, não há dois lados”, afirmou o Jornal Nacional, em editorial veiculado no sábado (19), lido pelo apresentador William Bonner e em parte por Renata Vasconcellos, no momento em que o país completou tragicamente 500 mil mortes por Covid-19. “O sentimento é de horror e de uma solidariedade incondicional às famílias dessas vítimas”, disse. E após citar as investigações da CPI, foi enfático: “haverá consequências”. **Pág. 3**

Guedes propõe que famintos comam restos de comida

Pág. 2

Senadores vão ao STF contra MP que privatiza a Eletrobrás



Divulgação
Gov. vai entregar uma Eletrobrás e meia para privatizar, o consumidor e o setor produtivo vão pagar a conta, denunciam especialistas do setor



José Cruz/Agência Brasil
Paulo Guedes: ministro do desemprego recorde e da explosão da miséria

Ministro de Bolsonaro propõe restos de comida a milhões de brasileiros famintos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a fome existe no país porque os brasileiros “enchem o prato e desperdiçam”. O guru da economia do governo Bolsonaro disse que a solução é distribuir “a sobra” dos pratos para os mais pobres.

“O prato de uma classe média europeu, que já enfrentou duas guerras mundiais, são pratos relativamente pequenos. E os nossos aqui, nós fazemos almoços onde às vezes há uma sobra enorme”, disse o ministro, em evento promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) que discutia a cadeia nacional de abastecimento e suprimentos.

De acordo com Guedes, o problema da insegurança alimentar, presente em 6 de cada 10 lares brasileiros, estaria resolvido se os “excessos” fossem destinados aos paupérrimos. Ou seja, é só distribuir o resto do prato para quem tem fome.

“Como utilizar esses excessos que estão em restaurantes e esse enca-

deamento com as políticas sociais, isso tem que ser feito. Toda aquela alimentação que não for utilizada durante aquele dia, aquilo dá para alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, desamparados. É muito melhor do que deixar estragar essa comida toda”, disse Guedes.

A pobreza e a pobreza extrema aumentaram no país durante a pandemia, como resultado do desemprego recorde, da queda da renda das famílias e da inflação. Sem regulação nenhuma, o governo federal impõe a fome aos brasileiros cortando o auxílio emergencial, permitindo o aumento do preço da carne, do gás de botijão e do arroz com feijão.

Para o economista Joilson Cabral, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o “cata xepa” proposto pelo ministro não resolve nada do ponto de vista econômico, ou social.

“Não é uma fala verdadeira, do ponto de vista econômico. O ministro está propondo uma espécie de “cata xepa”, para

que os mais pobres lidem com os “restos”, afirma. “É preciso um estoque regulador para controlar a oscilação dos preços dos alimentos, além da redução de tributos, principalmente sob os alimentos da cesta básica”.

A Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) divulgou nota em que critica Paulo Guedes e diz que ele demonstra “desconhecimento do funcionamento de seu próprio país.” A entidade cobra “políticas sérias e efetivas” de combate à desigualdade. “Guedes novamente se posiciona de forma elitista, ao falar que os brasileiros de classe média comem demais e as sobras de alimentos deveriam ser utilizadas para mitigar o problema da fome”, diz a nota.

No evento, o ministro tentava acenar ao setor supermercadista com o discurso do desperdício, se comprometendo a avaliar propostas como a flexibilização das regras de validade de alimentos no Brasil.

BC aumenta taxa Selic para 4,25%, o segundo maior juro real do mundo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, por unanimidade, nesta quarta-feira (16), aumentar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, de 3,50% para 4,25% ao ano, um aumento correspondente a 20%, que coloca o país na segunda posição mundial em juros reais, ou seja, descontada a inflação.

Este foi o terceiro aumento consecutivo da Selic. De agosto do ano passado até

janeiro, a taxa manteve-se em 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia da Covid-19.

Com a pressão inflacionária provocada pela alta dos alimentos e dos combustíveis e mais recentemente pela energia elétrica, o BC voltou a aumentar os juros e não só para o patamar anterior à pandemia e, na contramão do mundo, como colocou o Brasil de volta entre os países que têm as maiores taxas de juros

reais (descontada a inflação). Segundo o portal MoneyYou e Infinity Asset Management, o juro real brasileiro está agora em +1,92% ao ano, atrás apenas da Turquia (+6,44%), campeã mundial de juro real, entre 40 países de economias, sendo que 34 países estão com os juros reais abaixo de zero.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/bc-eleva-selic-a-425-segundo-maior-juro-real-do-mundo/>

Na contramão do mundo, a Câmara dos Deputados aprovou, em 2º votação, a venda da estatal, que trará sérios prejuízos ao Brasil e aos consumidores com aumento das tarifas

Senadores irão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a votação da Medida Provisória (MP) 1.031/2021, que abre caminho para privatização da Eletrobrás. O texto da MP foi aprovado a toque de caixa pelo Senado Federal por um placar apertado, 42 votos a favor e 37 contra, na noite da última quinta-feira (17).

O senador Cid Gomes (PDT-CE) afirmou que irá recorrer ao STF para tentar anular a aprovação da medida. “Vou entrar com ação no Supremo Tribunal Federal para reverter a ilegalidade que foi cometida hoje no Senado na votação da privatização da Eletrobrás. Um absurdo que não pode passar em branco”. “O Senado cometeu uma afronta à Constituição. Decidiu privatizar a Eletrobrás através de uma medida provisória, que exige relevância e urgência. A MP apresentada pode até ser relevante, mas não urgente. E sequer houve tempo para discutir uma questão tão importante para o País”, afirmou Gomes, em sua rede social.

A proposta do governo Bolsonaro de privatização da Eletrobrás encontrou uma ampla resistência no Senado, por se tratar, como muitos parlamentares e especialistas no setor vem afirmando, de um verdadeiro ato criminoso contra o setor elétrico brasileiro e seus consumidores, que pagarão mais caro do que pagam hoje pela energia que consomem.

Para se ter uma ideia do quão prejudicial é essa medida para o país, partidos que normalmente ficam em lados opostos, quando o tema é relacionado a privatização, se uniram para derrubar a MP e seus “jabutis” – emendas ao texto que foram incluídas pela base do governo na Câmara e no Senado.

O senador José Serra (PSDB-SP), um defensor histórico do modelo de privatização, votou contra a MP, junto com toda a bancada do PSDB do Senado. “Foram tantas matérias estranhas inseridas pela Câmara dos Deputados que o texto se transformou num verdadeiro ‘jabutizal’. O parecer do relator no Senado conseguiu piorar o que já era ruim”, comentou Serra em sua Twitte.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a “MP para vender a Eletrobrás vai gerar: Conta da energia mais alta, sucateamento e apagões, aumento da poluição ambiental e a entrega de uma empresa estratégica para o país. O Amapá já sabe que sofrimento é esse. Vivemos 5 apagões em 7 meses”, escreveu Rodrigues em sua rede social.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) declarou que “os Jabutis da MP da Eletrobrás vão aumentar a conta de luz”. “Está passando a boiada inteira na MP da Eletrobrás. A fauna é completa: tem boi na linha, jabuti na árvore, bode na sala... A verdade é que milhões de

brasileiros vão pro brejo por conta do aumento da conta”, postou a senadora em seu Twitter.

Além do STF, a oposição irá recorrer ao Tribunal de Contas da União. “Vamos acionar o TCU e o STF contra as manobras e os prejuízos da privatização da Eletrobrás”, declarou o líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN). “Nossa mobilização continua firme para garantir que a conta de luz dos brasileiros não aumente e impedir a transferência do nosso patrimônio para as mãos de alguns poucos”, criticou Prates.

A senadora Zenaide Maia (PROS-RN) também se manifestou em sua rede social. “Um setor estratégico. Uma estatal lucrativa. Um patrimônio construído com dinheiro do povo, por seis décadas. É lamentável a aprovação, a toque de caixa, da venda da Eletrobrás”.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) considerou como “lamentável” o que ocorreu ontem no Senado. “A sociedade e o setor produtivo vão pagar a conta. Um assunto de extrema importância sendo encaminhado a toque de caixa. Lamentável. Perdemos o rumo. O foco deveria ser outro: o combate à covid-19. Estamos perto dos 500 mil óbitos”, sublinhou Paim.

Entre os partidos que recomendaram voto contrário à MP estavam PSDB, Podemos, PDT, PT, Cidadania, Rede, PSB. Liberaram os senadores, o MDB, PSD e o PROS. Votaram pelo desmonte do setor elétrico brasileiro o PP, DEM, PL, PSL, Patriota, PSC e Republicanos.

CÂMARA APROVA MP

Após a votação no Senado, por ter havido mudanças na versão aprovada pela Câmara dos Deputados, no mês passado, a MP retornou à Câmara para uma nova análise na segunda-feira (21).

Por 258 votos a 136, o texto-base da Medida Provisória (MP) 1.031/2021, editada por Jair Bolsonaro, que abre caminho para a privatização da Eletrobrás, maior companhia de energia da América Latina, foi aprovada pelo Plenário.

Durante as discussões, os deputados contrários à MP lembraram os mais de 500 mil vítimas da Covid-19 e cobraram que a Casa, no lugar de discutir a entrega da estatal, que trará sérios prejuízos à Nação e ao consumidor, devia estar debatendo as medidas para acelerar a vacinação dos brasileiros e evitar mais mortes.

Os parlamentares também rebaixaram as afirmações do governo de que com a venda da Eletrobrás as tarifas vão cair, destacando que, segundo denúncias de associações e consultorias ligadas ao setor de energia o governo estará torrando uma Eletrobrás e meia para privatizar e os consumidores serão onerados em R\$ 84 bilhões.



Reprodução Youtube
Clarice Ferraz é diretora do Ilumina

Especialista repele a privatização e defende investimentos públicos no Sistema Eletrobrás

“Na prévia discussão de privatização não há investimentos em nível adequado. Os investidores preferem comprar ativos que já estão prontos e, inclusive, vender a sua eletricidade a preços elevados em ambientes de escassez”, denunciou a economista e diretora do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Clarice Ferraz, nesta terça-feira (15), na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal, que reuniu especialistas de energia contrários à medida provisória (MP 1.031/2021) do governo Bolsonaro que propõe a privatização da Eletrobrás.

O texto da MP 1.031/2021, aprovado na Câmara dos Deputados, que agora está sob análise do Senado, prevê a desestatização da Eletrobrás por meio da oferta de ações da companhia na Bolsa de Valores. Assim, o Estado brasileiro, detentor de 58,71% da companhia, transferiria o controle da empresa ao capital privado e estrangeiro. Além disso, o governo propõe a renovação de contratos com usinas térmicas e antigas – a preços elevados – e a compra, pela União, de 6.000 MW de energia de termelétricas movidas a gás natural.

A diretora do Ilumina denunciou durante a reunião do CMA que o projeto do governo para o setor elétrico brasileiro, além de propor a entrega da Eletrobrás para o capital privado, não leva em conta os desafios que o país terá de enfrentar para a transição energética, não aponta os impactos sobre a tarifa de eletricidade, além de ignorar o valor dos reservatórios como fontes de armazenamento e flexibilidade.

“Quando se está falando de privatizar a Eletrobrás e, além disso, associar a uma expansão de base fóssil, como tem sido feito, quer dizer que o nosso setor elétrico está com um problema. A gente está carbonizando nossa matriz ao longo desses anos. Se o modelo me leva a fazer isso, existe um problema nesse modelo. Porque eu estou no país que tem maior abundância de água doce, contém um dos melhores índices de insolação e, também, os parâmetros de vento”.

O projeto colocado pelo governo “utiliza nossa base hidráulica, complementando com fóssil – o que não ajuda a preservar os reservatórios, pelo contrário, estamos com preços caros e reservatórios vazios. Além disto, propõe a liberalização. Então, estaríamos em um mercado liberalizado, carbonizado, com dependência tecnológica e tarifas altíssimas”, afirma a especialista.

“O projeto alternativo, sem abrir mão do controle da Eletrobrás e repensando o setor elétrico – sem acodamento – é justamente irmos pelo nosso caminho natural, como foi feito quando da criação da Eletrobrás. Integrar esse país, sabendo tirar partido dos seus recursos naturais. A gente tem que expandir as nossas energias renováveis. Elas têm dificuldades? Tem, mas a gente é o melhor país em dotação de elementos de flexibilidade do mundo. A gente consegue regularizar isto com nossos reservatórios e as nossas linhas de transmissão, que precisarão ser modernizadas”, defendeu.

Clarice Ferraz defendeu o fortalecimento da Eletrobras com investimentos públicos. “Fazendo esse projeto, nós teremos uma tarifa muito mais barata. Nós teremos um setor que é coordenado, que mitiga riscos, que compartilha riscos, que traz uma energia descarbonizada e com tecnologia nacional. Os impactos da crise do covid-19 e pós-covid-19 mostram que justamente é preciso de intervenção estatal para poder ter uma atuação contracíclica”.

Leia matéria no site do HP: <https://horadopovo.com.br/especialista-repele-privatizacao-e-defende-investimentos-publicos-na-eletobras/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
 é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
 Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
 Liberdade - CEP: 01509-001
 São Paulo-SP
 E-mail: inc24agosto@uol.com.br
 C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
 Redação: fone (11) 2307-4112
 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
 E-mail: comercial@horadopovo.com.br
 E-mail: hp.comercial@uol.com.br
 Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
 E-mail: hpr@oi.com.br

Sucursais:
 Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7879
 E-mail: hpr@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506
 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
 E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9961-4317 -
 E-mail: horadopovobahia@uol.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
 E-mail: horadopovope@uol.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Atos no país cobram vacina, auxílio e “Fora Bolsonaro”



William Bonner lê o editorial da TV Globo. Quando entra em jogo a saúde do povo e o direito a viver numa democracia não há dois lados, diz a Globo

O *Jornal Nacional* veiculou no sábado (19) um editorial no momento em que o país completou tragicamente 500 mil mortes por Covid-19. O editorial, lido pelo apresentador William Bonner e em parte por Renata Vasconcellos, destaca que o jornalismo da Globo está “há 1 ano e meio, com base na ciência, cumprindo o nosso dever de informar, sem meias palavras”. Em solidariedade, o jornal começou sem música e ambos apresentadores estavam de luto. “No editorial que marcou as 100 mil mortes, nós dissemos que era preciso apurar de quem é a culpa. Dissemos textualmente que esse momento chegaria. Desde o início de maio, o Senado está investigando responsabilidades. Haverá consequências”, leu Bonner.

Leia e veja a íntegra do editorial: Em agosto de 2020, quando o Brasil ultrapassou o registro escandaloso de 100 mil mortes pela Covid, o *Jornal Nacional* se manifestou sobre essa tragédia num editorial. Parecia que o país tinha superado um limite inalcançável, 100 mil mortos. Neste sábado (19), são 500 mil. Meio milhão de vidas brasileiras perdidas.

O sentimento é de horror e de uma solidariedade incondicional às famílias dessas vítimas. São milhões de cidadãos enlutados.

Hoje, é evidente que foram muitos – e muito graves – os erros cometidos. Eles estão documentados por entrevistas, declarações, atitudes, manifestações.

A aposta insistente e teimosa em remédios sem eficácia, o estímulo frequente a aglomerações, a postura negacionista e inconsequente de não usar máscaras e, o pior, a recusa em assinar contratos para a compra de vacinas a tempo de evitar ainda mais vítimas fatais.

No editorial que marcou as 100 mil mortes, nós dissemos que era preciso apurar de quem é a culpa. Dissemos textualmente que esse momento chegaria.

Desde o início de maio, o Senado está investigando responsabilidades. Haverá consequências. E a mais básica será a de ter levado ao povo brasileiro o conhecimento sobre como e por que se chegou até aqui.

Quando todos nós olharmos para trás, quando nos perguntarmos o que fizemos para ajudar a evitar essa tragédia, cada um de nós terá a sua resposta. A esmagadora maioria vai poder dizer, com honestidade e com orgulho, que fez de tudo, fez a sua parte e mais um pouco.

Nós, do Jornalismo da Globo, estamos há um ano e meio, com base na ciência, cumprindo o nosso dever de informar, sem meias palavras. Muitas vezes nós pagamos um preço por isso, com incompreensões de grupos que são minoritários, mas barulhentos. Não importa. Nós seguimos em frente, sem concessões. E seguiremos em frente, sem concessões.

Porque tudo tem vários ângulos e todos devem ser sempre acolhidos para discussão. Mas há exceções. Quando estão em perigo coisas tão importantes como o direito à saúde, por exemplo. Ou o direito de viver numa democracia. Em casos assim, não há dois lados. E é esse o norte que o Jornalismo da Globo continuará a seguir.

Luciana: “500 mil vidas perdidas! Bolsonaro é o responsável por essa tragédia que atinge o país!”

Leia nota da presidenta do PCdoB e vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos, na íntegra:

Ao atingir a cifra de 500 mil mortes, o Brasil chega a uma situação de tragédia social de grande proporção. Além dos sentimentos às famílias enlutadas e do lamento pelas vidas perdidas e sonhos soterrados, é preciso buscar meios para que o povo brasileiro saia dessa grave crise. É inaceitável a continuidade dessa calamidade, que poderia ser evitada com medidas absolutamente possíveis, previstas sobretudo na Constituição.

O governo do presidente Jair Bolsonaro é o principal responsável por essa tragédia. Com a negação de medidas econômicas para socorrer os setores da população que ficaram sem renda pela combinação das crises econômica e sanitária, deixando a quebradeira atingir as empresas mais fragilizadas e contribuindo significativamente para o aumento do desemprego, o governo Bolsonaro torna-se a principal causa da propagação da pandemia.

Em outra via, o presidente Bolsonaro lidera uma cruzada contra a ciência, orientando seu governo a recusar contratos de vacina e pregando curandearismo com programas do Ministério da Saúde indicando medicamentos sem comprovação científica, como já comprovou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19. As investigações sobre as ações do atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, do seu antecessor, Eduardo Pazuello, e do ex-chanceler Ernesto Araújo, dão a medida dos indícios de ilícitos do bolsonarismo.

Bolsonaro é o maior responsável por essa combinação de crises. Os trabalhos da CPI devem avançar na direção de responsabilizá-lo por essa grave situação. Além das evidências e provas que já surgiram, há a continuidade por parte do presidente e de seus seguidores de incentivos a violações das normas recomendadas pela ciência e sabotagens a medidas adotadas por governadores e prefeitos para vacinação e distanciamento social.

A soma das irresponsabilidades do bolsonarismo resulta também em uma crise política. Cada vez mais isolado, o presidente se lança no radicalismo de extrema-direita e intensifica as ameaças às instituições democráticas. Com isso, leva o país a impasses e tenta criar as condições para se arvorar em salvador da pátria por meio de atitudes autoritárias.

As manifestações deste dia 19 de junho mostram o vigor da oposição, com bandeiras que confrontam o negacionismo bolsonarista na economia e na saúde, exigindo vacinação, emprego e renda. As forças democráticas têm o grande desafio de conter o bolsonarismo e pavimentar o caminho para que o país tome o rumo do desenvolvimento nacional com progresso social. Recife, 19 de junho de 2021

Luciana Santos
Presidenta do PCdoB e vice-governadora de Pernambuco
Fonte: Portal Vermelho



Manifestação contra Bolsonaro no DF fecha Esplanada dos Ministérios

Manifestantes realizaram ato, em Brasília, no sábado (19), contra Jair Bolsonaro. A concentração começou por volta das 9 horas, em frente à Biblioteca Nacional, na Esplanada dos Ministérios. Em comparecimento, a manifestação de Brasília foi tão ou mais expressiva do que a realizada no dia 29 de maio.

A manifestação é em oposição ao governo Bolsonaro. O ato político defende ainda “vacinação para todos”, e

Como Etchegoyen, Mourão é contra PEC que exclui militares da ativa do governo

“Já existe essa limitação. Eu não vejo que seja necessário um outro tipo de legislação”, afirmou o general Hamilton Mourão, em entrevista ao Estadão deste domingo (20), ao ser perguntado qual sua opinião a respeito do projeto de emenda constitucional (PEC) que tramita na Câmara dos Deputados restringindo a participação de militares da ativa no governo.

A limitação já existente a que o general Mourão se refere na entrevista é a norma que determina que todo militar que passe mais de dois anos afastado de suas funções dentro das Forças Armadas, seja automaticamente transferido para a reserva.

“Quando você coloca um general, um almirante ou um brigadeiro como ministro, ele já atingiu o topo da carreira. Não é mais o caso de pensar em voltar para sua Força, caso ele tenha de abandonar

o ministério ou o presidente resolva trocá-lo no meio do caminho. Você, ao ocupar um cargo de ministro, sempre estará participando de atos políticos”, acrescentou Mourão, comentando sobre a PEC. Recentemente, em 10 de junho, o general Etchegoyen, que tem criticado ativamente os excessos golpistas do presidente Jair Bolsonaro, declarou em live ao Valor Econômico, que a proposta da PEC, além de ter o inconveniente de ser uma medida estrutural para resolver um problema conjuntural, manifesta também uma discriminação com os militares que poderia provocar até mesmo uma perda de talentos por parte da administração pública.

Ele lembrou que o militar é um servidor do Estado, assim como são servidores do Estado os diplomatas, os policiais e a Receita Federal. “Por que os militares, como servidores do Estado é que esse desastre nacional: 500.000 mil vidas perdidas”, prosseguiu Dino.

Em contraste com o alto número de mortos por Covid-19 no país, o Maranhão segue como o primeiro Estado brasileiro com o menor número de mortes pela doença. Dados dos consórcios dos veículos de imprensa, com base em informações das secretarias estaduais de Saúde, apontam 500.022 mortos pela doença e 17.822.659 casos confirmados.

Organizadores informaram que os atos reuniram mais de 750 mil pessoas em 427 atos realizados no Brasil e em 17 países

Avenida Paulista, no Centro de São Paulo, foi tomada no sábado (19) para mais uma manifestação contra o desgoverno Bolsonaro na pandemia, no momento em que o país chora a trágica marca de mais de 500 mil mortos pela Covid-19.

O ato ocorreu menos de um mês após os protestos de 29 de maio, que atraíram milhares de pessoas.

Os manifestantes começaram a se concentrar no vão livre do Masp (Museu de Arte de São Paulo), que ficou tomado de pessoas antes mesmo do início dos pronunciamentos das lideranças, que estava previsto para ocorrer às 16 horas.

Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), eles ocuparam nove quarteirões e bloquearam a avenida nos dois sentidos. Bem mais que a manifestação do dia 29 de maio.

Os participantes defenderam reivindicações como auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 e vacinação em massa contra a Covid-19. A chegada à marca de 500 mil mortos pela doença foi lembrada por cartazes expostos na via e empunhados por manifestantes. Ao longo do protesto, eram entoadas palavras de ordem como “mais vacina, menos cloroquina”.

Houve muitas críticas também à proposta de privatização da Eletrobrás, que está em votação no Congresso Nacional.

Além dos movimentos sociais, a manifestação reuniu lideranças de partidos políticos, centrais sindicais e entidades estudantis, como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e UMES-SP (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo).

Os organizadores reforçaram

Milhares ocupam as ruas do Rio em dia de mobilização contra Bolsonaro

Milhares de manifestantes saíram às ruas do centro do Rio na manhã deste sábado contra Bolsonaro. Segundo um dos organizadores do protesto, o ato reuniu cerca de 70 mil pessoas. Na manifestação de 29 de maio foram estimadas 50 mil pessoas presentes.

Além da capital, os protestos também aconteceram em 29 municípios.

Os manifestantes pedem vacina para todos e acusam o presidente de sabotagem no combate à pandemia. Eles também pedem auxílio emergencial de R\$ 600.

As 10 horas os manifestantes começaram a se concentrar em frente à estátua de Zumbi dos Palmares, e depois seguiram em passeata pela Presidente Vargas, no centro da cidade, fechando três vias da avenida.

Faixas com dizeres como “Fora Bolsonaro”, “impeachment”, “Bolsonaro genocida” e “vacinação em massa”, tomaram a avenida.

“Não é para 2022! Nós precisamos tirar o Bolsonaro agora”, discursava um dos líderes do protesto em um carro de som.

Presente na manifestação, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB) afirmou que “vacina, saúde, emprego e democracia são bandeiras amplas. Muitas pessoas que votaram no Bolsonaro se arrependem”, disse.

CHICO BUARQUE
Aniversariante do dia, completando 77 anos, o célebre cantor e compositor Chico Buarque participou da manifestação a favor da vacina e contra Bolsonaro.

“Um presente pro Brasil no aniversário dele. Chico é gigante!”, registrou o perfil de fãs de Chico no Twitter

Além de representantes de diversas entidades do movimento social, sindicatos e estudantes, também estavam presentes o vereador Lindbergh Farias (PT), o deputado federal David Miranda (PSOL) e o vereador do Rio e ex-deputado federal Chico Alencar (PSOL).



Chico Buarque foi à manifestação no Rio de Janeiro

a necessidade do respeito às recomendações das autoridades sanitárias para prevenção da Covid-19, como uso de máscaras e álcool em gel, que eram oferecidos aos manifestantes em diversos pontos de distribuição pela avenida.

Ao final do protesto, os manifestantes seguiram da Paulista pela rua da Consolação até a Praça Roosevelt.

Mais cedo, também ocorreram atos contra Bolsonaro em 41 outras cidades do Estado e da Grande São Paulo, como Osasco, Campinas, Santo André, São Bernardo do Campo e Carapicuíba. Na cidade vizinha de Diadema, também houve uma concentração próxima do Terminal Municipal. Os protestos ocorreram de forma pacífica e sem aglomerações.

As manifestações contra o governo ocorreram ainda em várias regiões do país e no exterior.

Os organizadores informaram que os atos em todo país reuniram mais de 750 mil pessoas em 427 atos realizados no Brasil e em 17 países, como Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Portugal, Itália, Finlândia e Argentina.

CAMPINAS

Em Campinas, no interior de São Paulo, os manifestantes se reuniram às 9h30. Por volta das 11h, saíram do Largo do Rosário e caminharam pelas ruas do centro da cidade. Duas faixas da Avenida Francisco Glicério foram fechadas para a manifestação. Ao final, o ato retornou para o Largo do Rosário.

Os participantes carregavam faixas com frases contra o governo de Jair Bolsonaro e a favor da vacinação da população. Nenhuma ocorrência foi notificada pela Polícia Militar, que acompanhou os manifestantes.

“Eu sou da cidade do Rio e participo da defesa pela democracia desde 1968. Os sonhos não envelhecem. É muito bonito ver essa avenida lotada, sobretudo com jovens. É sinal de que a democracia está vingando”, disse o vereador.

PROTESTOS PELO PAÍS

Além do Rio, as ruas de diversas capitais brasileiras foram tomadas pela indignação popular na manhã deste sábado, no dia nacional de mobilizações pela vacinação, contra os cortes de verbas nas universidades e institutos públicos de pesquisa, e pelo aumento do auxílio emergencial, enquanto durar a pandemia.

Distrito Federal, Recife (PE), São Luís (MA), João Pessoa (PB), Teresina (PI), Belém (PA), Maceió (AL), Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) e Florianópolis (SC) recebem desde às 9h da manhã milhares de pessoas que se concentravam para os atos marcados para às 10h.

As faixas e cartazes exibidos ostentam dizeres como “Bolsonaro – 490 mil vidas perdidas – em luto”, “Prato cheio para o povo – Vacina para todos – Fora Bolsonaro”, “Fascismo se derrota nas ruas! Fora Bolsonaro”, “Não tire a máscara, tire o Bolsonaro”, essa última também correu as redes sociais nos últimos dias.

Há ainda faixa de familiares das vítimas da Covid-19: “Por meu pai e mais 498 mil vítimas, Fora Bolsonaro”. Em outro cartaz uma mulher escreve uma mensagem a Bolsonaro em que diz: “Presidente Bolsonaro, sua gripezinha levou: Batista, um pai! Meu primo Cléber, um irmão! Meu grande amigo, Bê! E quase 500 mil outros amores de alguém!”

Os atos ocorrem ainda em centenas de outras cidades, tais como Juazeiro (BA), Feira de Santana (BA), Betim (MG), Ribeirão Preto (SP), Novo Hamburgo (RS), entre outras. São Paulo (SP), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), entre outras, terão atos na parte da tarde.

Reprodução

Brasil ultrapassa 500 mil vidas perdidas para o coronavírus

Enquanto população vai às ruas por mais vacina, Bolsonaro silencia sobre meio milhão de mortes e volta a defender que população use cloroquina

Neste 19 de junho, dia em que milhares de pessoas tomaram as ruas de mais de 400 cidades em protestos por vacina e contra o governo Bolsonaro, o Brasil ultrapassa a infame marca de meio milhão de vidas perdidas para a pandemia de coronavírus.

O País registrou 2.301 novos óbitos neste sábado, totalizando 500.800 mortes desde o início da crise sanitária, em março de 2020. Os dados são do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conass, e foram divulgados às 18 horas de hoje.

Também foram registrados 82.288 novos casos de Covid-19, num total de 17.883.750 casos.

500 mil brasileiros e brasileiras mortos não somente pela Covid-19, mas também por um governo liderado por um presidente negacionista que, desde o início da pandemia, atuou contra as necessidades mais urgentes do povo brasileiro. Um criminoso que não demonstra qualquer empatia diante desta tragédia e que, ainda hoje, renega a vacina e aposta com a vida dos brasileiros em medicamentos comprovadamente ineficazes contra o coronavírus.

O avanço da pandemia no Brasil se deu num ritmo assustador. Desde o primeiro óbito, registrado em 17 de março de 2021, levamos 144 dias para chegar aos primeiros 100 mil e mais 152 dias até os 200 mil. A partir de então, a velocidade acelerou, com 76 dias para atingirmos a marca de 300 mil mortes e somente 36 dias para os 400 mil. Apenas 51 dias depois, chegamos aos 500 mil, mostrando que o vírus não recuou e continua matando brasileiros em níveis alarmantes.

Em nenhum desses momentos, Bolsonaro teve a coragem de se solidarizar com as vítimas da pandemia. Muito pelo contrário.

DEFESA DA CLOROQUINA E NEGAÇÃO DA VACINA

Na sexta-feira (18), em discurso na cidade de Marabá, no Pará, Bolsonaro atacou a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que apura os crimes cometidos contra a saúde durante a pandemia e também voltou a criticar governadores que adotaram medidas restritivas para tentar reduzir a disseminação do vírus.

“Recomendo àqueles que porventura tenham problema com a Covid que procurem um remédio para o tratamento precoce”, disse Bolsonaro, afirmando que ele próprio usou o medicamento. “Eu, lá atrás, tomei hidroxicloroquina, assim como muitos tomaram ivermectina. Isso não mata ninguém”, declarou em seguida, contrariando que a orientação mínima do próprio Ministério da Saúde de que uma pessoa com sintomas de Covid deva procurar o serviço de saúde mais próximo.

Novamente, Bolsonaro se negou a utilizar máscara e chegou, inclusive, a incentivar um de seus apoiadores a retirar o equipamento de segurança para conversar com ele durante o evento.

Um dia antes, durante sua live nas redes sociais, o ataque de Bolsonaro foi contra a única saída que possuíamos para vencermos a pandemia: as vacinas.

Segundo ele, a infecção pelo coronavírus protege as pessoas mais do que a vacinação.

“Todos que já contraíram o vírus estão vacinados. Até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou o vírus para valer. Então, quem pegou o vírus, não se discute, está imunizado”, declarou Bolsonaro, num incentivo claro para as pessoas não se imunizarem.

O mesmo presidente que atuou contra a compra da vacina CoronaVac, desenvolvida

pelo Instituto Butantan e pelo laboratório chinês Sinovac, e que ignorou sucessivas ofertas da multinacional Pfizer para tornar o Brasil “um modelo de vacinação”, defende novamente a tática da “imunidade de rebanho”, tratando o povo como gado e o deixando à mercê da doença.

REITERAÇÃO DO CRIME

As declarações de Bolsonaro foram imediatamente rebatidas pelo relator da CPI da Covid, o senador Renan Calheiros.

“A continuidade criminosa da defesa da imunização de rebanho, do desdém com a eficácia da vacina e o exemplo do próprio presidente de que ele era a imunização natural, porque havia contraído o vírus. Essa irresponsabilidade não pode continuar. Isso é a reiteração do crime”.

“Não dá mais para continuarmos a ver o chefe de governo escarnecer de vidas quando perdemos 500 mil brasileiros. Muitas perdas causadas por sua pulsão de morte”, ressaltou Renan Calheiros.

SITUAÇÃO CRÍTICA

Enquanto Bolsonaro favorece o vírus, a pandemia segue em situação crítica. Segundo o último Boletim Covid-19 da Fiocruz, a taxa de ocupação de leitos de UTI permanece acima dos 80% em 18 dos principais estados brasileiros, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia. Assim como a taxa de contágio e a média móvel de óbitos estão em patamares elevados. No caso dos óbitos, há mais de 45 dias, seguimos com média de duas mil mortes diárias.

Especialistas alertam que a situação deve ser manter grave ainda por muito tempo, já que, ainda enfrentamos dificuldades para acelerar a vacinação, principalmente pela falta de vacinas.

Segundo dados do Conass, apenas 11,41% da população, 24.171.806 de pessoas, recebeu as duas doses da vacina até agora. A primeira dose foi aplicada em 61.859.364 pessoas, o que corresponde a 29,21% da população do país.

Os números estão muito abaixo do que é considerado necessário para barrar o avanço da pandemia, cerca de 70% da população brasileira.

O Brasil possui atualmente 513 milhões de doses de vacina contratadas, o que pode garantir a imunização de cerca de 200 milhões de brasileiros. Apesar da sabotagem de Bolsonaro, os esforços do Instituto Butantan e da Fiocruz e a parceria com laboratórios como o Sinovac, AstraZeneca, Pfizer e o Instituto Gamaleya, que produz a Sputnik V, podem garantir a imunização do nosso povo.

Diariamente, governadores e prefeitos estão atuando para acelerar o ritmo de vacinação e isso tem dado resultados. Nesta semana, alcançamos a marca de 2 milhões de doses aplicadas num único dia pela primeira vez desde o início da campanha.

VACINA É A SAÍDA

Dois estudos conduzidos por instituições brasileiras comprovam isso. O Projeto Serrana, desenvolvido pelo Instituto Butantan, que imunizou os adultos do município do interior de São Paulo, apontou que, com um índice de vacinação de 75% da população alvo, o índice de mortalidade da Covid-19 caiu 95%.

Levantamento da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) aponta outro índice satisfatório. A vacinação de idosos, realizada desde o início do ano, salvou a vida de 40 mil pessoas acima dos 70 anos no Brasil.

Apesar do que pensa e diz Bolsonaro, o que a ciência comprova é que a solução para sairmos da crise está na vacina.



Bolsonaro não teve a coragem de se solidarizar com as vítimas da pandemia

Integrantes da CPI lamentam 500 mil mortes e defendem que os “culpados serão punidos”

Senadores integrantes da CPI da Pandemia divulgaram nota lamentando a marca de 500 mil vítimas da Covid-19. Segundo os parlamentares, “há culpados e eles, no que depender da CPI, serão punidos exemplarmente”.

“Nessa data dolorosamente trágica, quando o Brasil contabiliza 500 mil mortes, desejamos transmitir nossos mais profundos sentimentos ao País. Temos consciência que nenhuma palavra é suficiente para consolar e superar a dor das perdas de nossas famílias. São 500 mil sonhos interrompidos, 500 mil vidas ceifadas precocemente, 500 mil planos, desejos e projetos. Meio milhão de vidas que poderiam ter sido poupadas, com bom-senso, escolhas acertadas e respeito à ciência”.

“Asseguramos que os responsáveis pagarão por seus erros, omissões, desrespeitos e deboches. Não



“Temos consciência que nenhuma palavra é suficiente para consolar e superar a dor das perdas de nossas famílias”, lamentaram

chegamos a esse quadro devastador, desumano, por acaso. Há culpados e eles, no que depender da CPI, serão punidos exemplarmente. Os crimes contra a humanidade, os morticínios e os genocídios não se apagam, nem prescrevem”, diz a nota de pesar.

O texto é assinado pelos senadores Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-

-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL), presidente, 1º vice-presidente e relator da CPI, respectivamente. Além de Tasso Jereissati (PSDB-CE), Otto Alencar (PSD-BA), Eduardo Braga (MDB-AM), Humberto Costa (PT-PE), Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Rogério Carvalho (PT-SE) e Eliziane Gama (Cidadania-MA).

MEC tenta criar “tribunal ideológico” para censurar as questões do Enem

Mesmo a área técnica do Ministério da Educação (MEC), já tendo se pronunciado contra, a pasta prepara a criação de um grupo de controle para analisar previamente as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O “tribunal ideológico” deve ser permanente e sua criação tem o objetivo de fiscalizar os exames, vetando neles “questões subjetivas” e dando atenção a “valores cívicos e morais”.

A minuta da nova portaria traz uma série de critérios para a revisão das questões. Dentre elas: o respeito a “valores cívicos, como respeito, patriotismo” e “estar livre de preconceitos ou discriminações de qualquer ordem”. O grupo teria de barrar “questões subjetivas” e que afrontem “valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade”, sob a ótica bolsonarista.

As questões censuradas seriam excluídas do Banco Nacional de Itens. Além do Enem, essa comissão também avaliaria conteúdo de outras avaliações, como o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

O Inep não justificou o ato nem explicou o que embasaria a análise feita pelo tribunal ideológico; mas a decisão aconteceu após o ministro Milton Ribeiro dizer que desistiu de olhar pessoalmente as perguntas do Enem.

O foco é garantir que questões que estão em desacordo com a linha ideológica do governo Jair Bolsonaro não se apresentem no exame.

Vale destacar que, em 2019, o Inep criou uma comissão que censurou questões do ENEM, medida elogiada por Bolsonaro

na época, e perguntas se referindo à ditadura (1964-1985), por exemplo, não foram mais abordadas no exame. O Enem é a principal forma de entrada para o ensino superior público no Brasil e seu conteúdo é referência do que é ensinado nas escolas de ensino médio.

Segundo nota técnica citada pelo jornal “Folha de São Paulo”, a Coordenadoria de Instrumentos e Medidas do instituto argumenta que já há um longo processo de elaboração das questões, com ao menos sete etapas de revisão. “Essa avaliação envolve, além das revisões técnico pedagógicas, o escrutínio em um painel de especialistas, composto por professores com larga experiência em cada um dos componentes curriculares, tanto no âmbito acadêmico como no escolar, que compõem as áreas do conhecimento”, diz ainda.

De acordo com a Folha, a área técnica do MEC aponta que os itens censurados pela comissão de 2019 não têm sido levados em conta na montagem do Enem 2021. As perguntas censuradas nunca foram divulgadas, mas de acordo com o parecer dessa comissão, o governo Bolsonaro fez a troca do termo “ditadura” por “regime militar” em um item da área de Linguagens.

De acordo com o documento, a comissão será formada pelo presidente do Inep (cargo hoje ocupado por Danilo Dupas Ribeiro), o diretor de Avaliação da Educação Básica e outros dois integrantes externos por cada área avaliada pela prova, que serão escolhidas pelo Inep.

Com as contratações extras, o tribunal ideológico do

ENEM será pago com dinheiro público, pois de acordo com o documento, há previsão de remuneração extra para os envolvidos.

Segundo a Folha, o governo deve publicar a portaria já nos próximos dias.

MINISTRO DIZ NÃO QUERER QUESTÕES DE “CUNHO IDEOLÓGICO”

Em entrevista recente disse à CNN Brasil, Milton Ribeiro ressaltou sua preocupação com as questões do ENEM. “Sabemos que muitas vezes havia perguntas muito subjetivas e até mesmo com cunho ideológico, isso não queremos”, afirmou.

Ribeiro ainda citou como exemplo, o que considerou “inadequação de questões de exames anteriores”, uma questão de 2020, sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, a partir do caso dos jogadores Neymar e Marta. Bolsonaro já havia criticado a abordagem do tema.

Após a declaração do ministro na CNN, houve uma repercussão negativa e em audiência na Câmara no dia 9, Ribeiro disse ter desistido. O Inep teria, segundo falou na ocasião, governança suficiente para evitar os temas considerados inadequados. Aos parlamentares, no entanto, o ministro não informou que planejava criar uma comissão de revisão.

Porém, a negativa do ministro em olhar pessoalmente as questões do Enem foi usada como argumento em ofício do gabinete da presidência do Inep levado à diretoria de Avaliação de Educação Básica, como justificativa para a criação do tribunal ideológico.



Foram cinco panes em sete meses

Empresa privatizada causa quinto apagão em cidades do Amapá

Cidades do Amapá voltaram a registrar um apagão total na noite de quarta-feira (16). A suspensão do fornecimento de energia elétrica durou cerca de duas horas. Esse é o quinto apagão total registrado no estado desde novembro de 2020, quando 13 das 16 cidades do Amapá ficaram completamente às escuras por quatro dias e sofreram com o fornecimento precário de energia por 22 dias.

A falta de energia foi provocada por uma falha na saída da Linha de Transmissão de 230 KV entre Jurupari e Laranjal do Jarí, administrada pela empresa privada LMTE.

Não há informação ainda sobre quantos municípios foram afetados no estado. Na capital, Macapá, a eletricidade foi restabelecida em alguns bairros após cerca de 30 minutos de interrupção.

Residências, estabelecimentos comerciais e locais públicos ficaram sem eletricidade. Apenas locais com geradores de energia, como hospitais, empresas e postos de saúde seguiram com o fornecimento à base de combustível.

RESPONSABILIDADE PRIVADA

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da CPI da Covid, responsabilizou o desmantelo causado pela concessionária privada pelo apagão. “Nosso povo não pode continuar sofrendo”, disse ele, pelo Twitter.

“Num intervalo de sete meses, ocorreram 5 apagões no Amapá. Só durante essa sessão do Senado foram dois. Este quinto apagão é importante que se diga, a nota da Eletronorte diz o seguinte: ‘A Eletronorte esclarece que não é responsável pelo desligamento ocorrido por volta das 16h, nesta terça-feira no Amapá. As causas serão informadas pelo ONS’. Mas as causas nós já sabemos. As causas são as mesmas do primeiro apagão, em novembro. Culpa de uma empresa que foi privatizada chamada Linhas Macapá de Transmissão de Energia, responsável pela ligação do Leão de Tucuruí com as centrais elétricas do norte do Brasil e por consequência para o fornecimento de energia para nós amapaenses. É a mesma empresa privada”, afirmou o senador.

Randolfe ainda destacou o que acontece no Amapá como diagnóstico com o que vai acontecer no país caso a Eletrobrás seja privatizada, como está para ser votado nesta quinta-feira no Congresso Nacional.

“Tem significado de diagnóstico esse apagão no Amapá por responsabilidade de uma empresa privada ter acontecido no mesmo momento em que está pautada essa medida provisória de privatização da Eletrobrás”.

Randolfe ainda deixou o exemplo do Amapá como alerta aos senadores. “Este é o resultado, o custo e consequência da privatização”.

São Paulo anuncia vale gás para 104 mil famílias carentes

O governador de São Paulo, João Doria, lançou na última quinta-feira (17) o programa Vale Gás. A iniciativa auxiliará famílias de baixa renda a comprar botijão de gás de cozinha no Estado.

Ao todo, 104.340 famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, que moram em comunidades carentes e em situação de vulnerabilidade terão acesso a 3 parcelas bimestrais do benefício, no valor de R\$ 100 cada, a serem pagas entre os meses de julho e dezembro de 2021.

O pagamento da primeira parcela do benefício está previsto para o dia 20 de julho. O programa gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Social receberá investimento superior a R\$ 31,3 milhões e alcançará 82 municípios. A expectativa é a de beneficiar 500 mil pessoas.

As famílias inscritas no CadÚnico (sem Bolsa Família) e com renda mensal per capita de até R\$ 178 terão acesso ao programa. Outras informações estão disponíveis no site oficial do benefício.

Em sua conta no Twitter, o governador João Doria afirmou que visitou uma comunidade carente na periferia da capital paulista e percebeu que “muitas dessas famílias não tinham como preparar os alimentos que estavam recebendo pela falta do botijão de gás”.

“Ao distribuir cestas básicas na periferia de SP me deparei com uma triste realidade: muitas dessas famílias não tinham como preparar os alimentos que estavam recebendo pela falta do botijão de gás. Seguiremos trabalhando para garantir vacina no braço e comida no prato em SP”, disse Doria.

AUMENTOS SUCESSIVOS

O governador paulista também criticou os sucessivos aumentos do preço do gás de cozinha realizados pelo governo Bolsonaro, que dirige a Petrobrás. Somente neste ano, foram cinco aumentos. Prejudicando os mais pobres que, impossibilitados de comprar um botijão, acabam recorrendo ao uso de álcool ou lenha para cozinhar.

Os sucessivos aumentos da Petrobras no preço do botijão de gás prejudicam a parcela mais humilde da população. Com o Vale Gás, vamos garantir recursos para que meio milhão de pessoas preparem suas refeições de julho até o final do ano, defendeu Doria em seu Twitter.

Centrais fazem dia de mobilização por mais vacina, emprego e auxílio



'Em defesa da Eletrobras e do Brasil', por Chicão e M. Torres

O Brasil passa por tempos difíceis, resultado da omissão e das escolhas erradas ou premeditadas da classe governante do país, que ao longo da segunda metade da década de 2010, tem causado um inaceitável impacto negativo na economia nacional, na consolidação da Democracia e mais diretamente no respeito aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana.

O desemprego é recorde, a fome voltou a assolar milhões de brasileiros, a economia patina, os investimentos nacionais e internacionais estão paralisados por conta da insegurança política e jurídica vigente.

Some-se a isso o fato de que o país descuidou de consolidar os princípios democráticos, não buscou o aperfeiçoamento e a articulação de suas instituições, não tratou com a devida responsabilidade a criação de políticas públicas de Estado e não de governo.

O futuro da nação brasileira e a melhora da qualidade de vida do seu povo não se concretizam através de discursos populistas, da intolerância e do autoritarismo; um futuro melhor se constrói com a participação e o respeito de todos os segmentos sociais, um país justo e soberano não se rende aos interesses capitalistas em detrimento da vida e dos sonhos das pessoas.

Como se não fossem suficientes e preocupantes as crises sanitária, econômica e política estamos às vésperas de uma imensa crise hídrica; esta junção de eventos negativos expõe o desprezo dos governantes em planejar e principalmente executar de forma adequada, transparente e eficiente políticas e medidas a curto, médio e longo prazo.

É preciso deixar bem claro que apesar da administração pública possui quadros técnicos especializados, porém, sua atuação fica comprometida pela ganância daqueles que habitam o andar de cima do poder, visam somente usar o dinheiro público em seu próprio benefício e de seus amigos e apoiadores.

Indignados com a onda autoritária que se abateu sobre o Brasil e, comprometidos com o futuro do nosso povo, não podemos nos calar frente a mais uma iniciativa irresponsável e lesiva ao patrimônio e à soberania nacional.

Privatizar a Eletrobras é jogar a história da maior empresa de energia no lixo, abrir mão da soberania nacional, voltar às costas ao desenvolvimento do país e à qualidade de vida dos que aqui vivem.

Soberania Nacional não se subordina ao lucro. Dentre as várias estratégias criadas e usadas pelo capitalismo selvagem para alavancar os maiores lucros possíveis à custa da exploração humana e ambiental, destaca-se a redução da interferência dos Estados Nacionais na economia nos níveis nacional, regional e mundial.

A pueril euforia com uma economia mundial complementar e promotora do desenvolvimento mundial perdeu-se no ar como mais um canto da sereia. Movidos pela fragilidade de suas economias e ou pela sedução do enriquecimento pessoal e dos holofotes do poder, muitos governantes sucumbiram à pressão e a cooptação capitalista; condenando seus países a subserviência ao lucro, abrindo mão da soberania nacional.

No caso específico do Brasil, que já foi a sexta maior economia do planeta, a classe política, com algumas exceções, não se esforçou para que a Constituição Federal se transformasse no livro de cabeceira de todos os atos e políticas pós sua promulgação.

A nossa Constituição que em seu Art. 1º, incisos I, II e III, estabelece o norte para a efetivação da Soberania Nacional – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se e, Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania, III – a dignidade da pessoa humana... – nunca foi tão desconhecida como nos dias de hoje, enquanto nos distraímos com debates contraproducentes sobre a judicialização da política, a boiada continua passando e a Soberania Nacional sendo subtraída.

Ainda citando a Constituição Federal que em seu Art. 3º, II estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o desenvolvimento nacional, fica demonstrada a não observação de mais um preceito constitucional, ou seja, planejar, promover, fiscalizar ações e políticas que assegurem o referido desenvolvimento.

É certo que a Constituição Federal no mesmo artigo – Art. 20º – que abre a possibilidade do Estado autorizar, conceder ou permitir que agentes privados explorem os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, deixa claro que os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terreno de seu domínio são bens da União.

Ao encaminhar a lesiva MP 1031, que entrega a gestão das bacias hidrográficas aos futuros donos das usinas hidrelétricas, o Poder Executivo abre mão da Soberania Nacional, descumpra a Constituição Federal e acena com o risco do Brasil ficar refém de interesses meramente financeiros.

Outro aspecto do caráter inconsequente da MP 1031 é não levar em conta que a água virou uma valiosa commodity, que será mais importante que as fontes de combustíveis fósseis como petróleo e gás; este direcionamento da MP em questão coloca o Brasil na contra mão do mundo no que se refere a uma transição energética segura.

A defesa da Soberania Nacional e da Democracia não acontece com discursos beligerantes e bravatas motivacionais em cercadinhos e atos populistas. É preciso compromisso real com o país e com o seu povo, além de capacidade de governar e honestidade.

***Eduardo de Vasconcellos Correia Anunciato** (Chicão)
Presidente do Sindicato dos Eletricistas
***Miguel Torres**
Presidente da Força Sindical

Leia o artigo completo em horadopovo.com.



Chicão é presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo



Sindicatos fizeram greve de 72 horas contra a MP do governo

Funcionários param contra a privatização da Eletrobras: "Pilhagem ao patrimônio público"

Os trabalhadores do setor elétrico prosseguem, nesta quarta-feira, no segundo dia da paralisação que mobiliza a categoria em todo o país contra a privatização da Eletrobras, proposta pelo governo Bolsonaro.

Além da greve, dirigentes das Federação e Confederação Nacional dos Urbanitários (FNU e CNU), da Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) e sindicatos da categoria estão em Brasília, desde ontem, em reuniões com senadores para convencer e pressionar pela não votação da medida provisória (MP 1031), de autoria do Governo Federal, que propõe a privatização da empresa.

Nas conversas com os senadores, os dirigentes sindicais apontam "os riscos da privatização para o país, especialmente neste momento de crise hídrica e que pode levar a um possível apagão", informam as entidades.

São cerca de 12 mil trabalhadores da estatal parados e mobilizados

Associação de Empregados da Eletrobras denuncia ao TCU ilegalidades em projeto de privatização

A Associação de Empregados da Eletrobras (Aeel) protocolou no Tribunal de Contas da União (TCU) uma denúncia de inconstitucionalidade da Medida Provisória 1031/2021, do Governo Federal, que propõe a privatização da Eletrobras.

No documento, protocolado na terça-feira (15), a denúncia é centrada no ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e no ministro da Economia, Paulo Guedes, responsáveis diretos pela MP e pelo seu encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Em repúdio à tentativa do governo Bolsonaro de entregar para a iniciativa privada um dos mais importantes e estratégicos patrimônios públicos do país, os trabalhadores da empresa estão em greve desde a madrugada de terça-feira (15) e, segundo o diretor da Aeel, Emanuel Mendes, caso a MP seja tirada da pauta do Senado, onde está em discussão, as entidades que organizam o movimento farão uma assembleia para reavaliação da paralisação.

"A Eletrobras é substancialmente mais relevante para o País gerando e transmitindo energia para as atuais e futuras gerações do que sendo utilizado para re-

nas diversas unidades da empresa em assembleias, atos e reuniões.

Segundo Fernando Pereira, um dos coordenadores do CNE, no primeiro dia a adesão dos trabalhadores foi muito forte, e hoje prossegue com mais força.

"Os trabalhadores entenderam que o momento é crítico, por isso a adesão à luta dos sindicatos foi bem forte. Mais de 80% da manutenção e administrativo. A operação está trabalhando em escala especial para garantir o serviço da população, porque temos compromisso e responsabilidade com a sociedade, ao contrário deste governo", disse.

"É pelo nosso país, pela soberania nacional, contra o entreguismo, que estamos lutando e não vamos esmorecer!", afirmou o presidente da FNU, Pedro Blois, que esteve na manhã desta quarta-feira em visita à sede da Eletronorte, em Belém.

Os trabalhadores da Eletrobras alertam que essa luta não é só deles, mas de toda a população, que vai

sofrer com "tarifaço na conta de luz" e "risco de apagão" caso a estatal seja privatizada.

Segundo os sindicalistas, "dezenas de especialistas, de diferentes segmentos da sociedade, e setores da economia, afirmam que tanto o texto original da MP 1.031, quanto o PLV substitutivo, aprovado na Câmara, vão trazer um aumento extraordinário na tarifa de energia".

Os dirigentes das entidades afirmam que a mobilização e a greve da categoria é um alerta e um apelo aos senadores para que "tenham espírito republicano e responsabilidade com uma pauta de um setor tão estratégico para o país".

A MP 1.031, "é um projeto criminoso, uma pilhagem do patrimônio público, com um único objetivo de beneficiar os privilegiados que sustentam o governo de Jair Bolsonaro, especialmente banqueiros e especuladores", afirmam.

balanço energético das distribuidoras); e promove "desrespeito à garantia de desenvolvimento nacional e redução de desigualdades sociais, uma vez que faz com que a Eletrobras passe a ser pautada exclusivamente pelo lucro e decisões de seus donos privados", entre outros.

O texto destaca ainda que "a energia elétrica constitui base para o desenvolvimento econômico e segurança nacional, ambos umbilicalmente ligados a perspectiva de soberania" e que, privatizar a Eletrobras, "além de penalizar as famílias brasileiras pela explosão estrutural das tarifas, elimina um importante instrumento de política energética, industrial e social".

E afirma que "a MP original não apresentou nenhuma análise de impacto tarifário, o que inviabiliza os deputados e senadores mensurarem o efeito da privatização da Eletrobras no orçamento das famílias, nos índices de preços (o IPCA tem a componente energia elétrica na sua formulação) e no custo de vida (e de alimentos) da população Brasileira".

Atos realizados no dia 18 de junho mobilizaram os trabalhadores contra a política de Bolsonaro

As centrais sindicais realizaram protestos nos locais de trabalho em denúncia ao descaso do governo Bolsonaro que tem condenado milhares de brasileiros à morte por Covid-19 e à fome com o aumento desenfreado do desemprego. Os atos desta sexta-feira (18) tiveram como pauta a garantia da vacinação para toda a população, do auxílio emergencial de R\$ 600 – enquanto durar a pandemia – e a proteção dos empregos e salários.

Em São Paulo, os presidentes nacionais das centrais se reuniram em ato realizado na empresa MWM, na zona sul da capital paulista. "Estamos fazendo esse esquentar nas fábricas e nos locais de trabalho de todo o país para trazer a pauta unitária das centrais sindicais. Uma pauta que unificou o movimento sindical, uma pauta que é para salvar o Brasil", disse Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Força Sindical, que reforçou a presença das centrais nos atos que ocorreram no sábado, dia 19, em todo o país.

"Hoje estamos numa crise política nunca vista, que não é só uma crise política, uma crise econômica, que não é só uma crise ética, uma crise sanitária é uma crise estrutural que estamos vivendo no país. A desindustrialização está fazendo com que as empresas migrem para fora do país, e os empregos também. Esse processo aumentou muito nesses últimos dois anos, tanto é que a Ford saiu do Brasil e vai continuar vendendo no Brasil. Enquanto a maioria dos países do mundo – e em todos os desenvolvidos – têm em sua indústria como estratégica para garantir emprego, tecnologia e manter a economia em alta, nosso país está deixando as suas irem embora", completou.

"Já são quase 500 mil mortos pela Covid-19. Tudo por conta da irresponsabilidade de um elemento que nega a vacina", afirmou Ubiraci Dantas, o Bira, presidente da CGTB. "No ano passado 70 mi-

lhões de doses, rejeitadas por ele, poderiam ter salvo milhares de vidas. Além disso, são 70 milhões de desempregados, ou subempregados, na economia informal, passando necessidade. E com isso a fome entrando nos lares de milhões de brasileiros. As indústrias estatais estratégicas do nosso Brasil sendo entregue na bacia das almas. Acabaram de aprovar a privatização da Eletrobras. Essa privatização significa apagão e aumento da conta de energia".

"Precisamos dar uma basta a esse governo. E para isso precisamos da unidade firme e decidida do nosso povo", ressaltou Bira.

O presidente da Central União dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, denunciou o desemprego crescente que já está muito superior que os 14% apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Nós sabemos o que significa o desemprego! O trabalhador quando perde o emprego ele perde tudo, pois já não sabe se vai conseguir manter o filho na escola, pagar o aluguel. O número de desempregados é o dobro do que a imprensa está dizendo, pois só entra na estatística do desemprego aquele trabalhador que procurou emprego nos últimos seis meses, se faz mais tempo que isso ele já não entra mais na estatística, portanto cerca de 30% dos trabalhadores estão sem empregos", afirmou Sérgio.

Em texto conjunto, as centrais afirmam a importância de se construir uma "política capaz de recolocar o país na trajetória de um projeto de desenvolvimento que incremente a produtividade de toda a economia, gere empregos de qualidade e promova o aumento da renda do trabalho; que combata todas as formas de desigualdades, a pobreza e a miséria. Um projeto de desenvolvimento orientado pela justiça social e sustentabilidade ambiental, por um Estado forte com efetividade para o investimento econômico e social".



CTB: "Acabar com abono salarial é perversidade com mais pobres"

Manejando o cobertor da incompetência e descaso que tem sido o seu governo, Bolsonaro agora quer "despir um santo pra cobrir o outro", como diz a velha expressão popular, ao planejar acabar com o abono salarial do PIS/Paseb para viabilizar o pagamento do Bolsa Família de R\$300.

Pressionado pela sociedade, que cobra uma solução para as milhões de famílias em situação de extrema pobreza que passam fome no país, e frente à impopularidade do seu governo que toma conta do país, a solução encontrada pela equipe econômica de Bolsonaro até agora, para aumentar o valor e o número de beneficiados do Bolsa Família, é tirar verba de um benefício social para cobrir outro.

A informação de que o presidente "não só cogita eliminar o abono salarial, como já autorizou os estudos preliminares para encerramento do benefício" foi divulgada pelo UOL.

Segundo a reportagem do portal de notícias, "o Ministério da Cidadania teria apresentado a proposta a Bolsonaro, garantindo que com o fim do abono salarial seria possível aumentar a verba do Bolsa Família em cerca de R\$ 20 bilhões, que somados aos já estabelecidos R\$ 35 bilhões garantiriam a viabilidade do aumento pago pelo programa".

O abono salarial, que atualmente beneficia mais de 25 milhões de trabalhadores, permite a liberação de até um salário mínimo para os que têm carteira assinada e renda mensal máxima de até dois salários.

Em nota, divulgada nesta quinta-feira (17), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) repudiou a medida, afirmando que é "uma iniciativa perversa, que tira de quem necessita para repassar a outros necessitados. Bolsonaro apresenta a proposta cinicamente como se não existisse

outra alternativa. Mas isto não corresponde à realidade".

A central ressalta que existem ações como a "taxação das remessas de lucros e dividendos ao exterior, restringindo esta forma de sangria de investimentos internos pelas multinacionais", além de outras medidas que podem garantir a ampliação de programas sociais.

"Bolsonaro e o banqueiro Paulo Guedes não escolhem este caminho por uma questão de classes. Eles servem com canina fidelidade os interesses das classes dominantes brasileiras e do imperialismo, portam-se como sabujos das multinacionais dos EUA e Europa, a quem empenham-se agora em entregar empresas estratégicas como a Eletrobras".

"O abono salarial do PIS/PASEB ameniza a pobreza e as agruras da nossa classe trabalhadora. Beneficia cerca de 23 milhões de pessoas, que recebem em média 1,4 salários mínimos, com um valor modesto que alcança, no máximo, um salário mínimo por ano. Esse contingente de beneficiários representa mais de um terço de todos os trabalhadores e trabalhadoras com empregos formais no país".

"O benefício reduz as desigualdades de rendimentos no interior da classe trabalhadora e, ao aumentar o poder aquisitivo dos assalariados, fortalece o mercado interno e contribui para o crescimento da economia".

"A CTB é radicalmente contra esta proposta reacionária do governo Bolsonaro e reafirma a luta pela mudança da política econômica, a interrupção do programa de privatizações, o aumento substancial dos investimentos públicos, a revogação da EC 95 e das reformas trabalhista e previdenciária, auxílio emergencial de R\$ 600,00, vacina já para todo o povo brasileiro, emprego e desenvolvimento econômico", conclui a nota.

Manifestações na Europa repudiam o descaso de Bolsonaro com a vida



Vatican News

Pontífice quer "trabalho digno e decente" Papa defende solidariedade aos trabalhadores que sofrem durante a pandemia da Covid

O Papa Francisco divulgou, na quinta-feira (17) uma mensagem aos participantes da 109ª Conferência Internacional do Trabalho que se realiza, em Genebra, na Suíça. No vídeo, Francisco convida a Igreja e os governantes a darem uma resposta incisiva e solidária àqueles que se encontram "à margem do mundo do trabalho", esmagados pelas consequências dramáticas da Covid-19.

"Esta conferência foi convocada em um momento crucial da história social e econômica, que apresenta desafios sérios e abrangentes para o mundo inteiro. Nos últimos meses, a Organização Internacional do Trabalho, por meio de seus relatórios regulares realizou um trabalho louvável ao dedicar atenção especial a nossos irmãos e irmãs mais vulneráveis", disse o Papa desde Roma, falando em espanhol.

Francisco sublinhou que "aderir a um sindicato é um direito". A seguir, invocou "uma profunda reforma da economia" e um trabalho "realmente e essencialmente humano", porque o atual para muitos trabalhadores diaristas, migrantes e trabalhadores precários e, sobretudo para muitas mulheres, começando pelas empregadas domésticas, cuidadoras e vendedoras ambulantes, é "perigoso, sujo e degradante".

Promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o evento reúne representantes de Governos, de trabalhadores e de organizações de empregadores.

"AJUDAR O EXCLUÍDO DO TRABALHO"

Segundo o Papa, este é "um dos muitos casos da filosofia do descarte que nos acostumamos a ver imposta em nossas sociedades". Uma exclusão que "complica a detecção precoce do vírus, a execução de testes, diagnósticos, rastreamento de contatos e busca de assistência médica para a Covid-19" para refugiados e migrantes, e assim "aumenta o risco de surtos nessas populações".

"Muitos migrantes e trabalhadores vulneráveis e suas famílias são geralmente excluídos do acesso a programas nacionais de promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e assistência, bem como dos planos de proteção financeira e serviços psicossociais", afirmou.

"FALTA PROTEÇÃO SOCIAL"

Francisco enumerou os danos causados pela "falta de medidas de proteção social diante do impacto da Covid-19": aumento da pobreza, desemprego, subemprego, atraso na inserção dos jovens no mercado de trabalho, exploração infantil, tráfico de pessoas, insegurança alimentar, maior exposição a infecções para os doentes e idosos.

"Muitos serviços públicos, assim como muitas empresas, enfrentaram enormes dificuldades, algumas correndo o risco de falência total ou parcial. Em todo o mundo, vimos perdas de empregos sem precedentes em 2020", disse.

DIREITO À SINDICALIZAÇÃO

O Papa também pede para que seja garantido o respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores, incluindo o da sindicalização: "A adesão a um sindicato é um direito. A crise da Covid-19 já afetou os mais vulneráveis e eles não devem ser afetados negativamente por medidas a fim de acelerar uma retomada que se concentre unicamente nos indicadores econômicos".

"Com a pressa de voltar a uma maior atividade econômica no final da ameaça da Covid-19, evitemos as pesadas fixações no lucro, o isolamento e o nacionalismo, o consumismo cego e a negação das evidências claras que denotam a discriminação dos nossos irmãos e irmãs 'elimináveis' em nossa sociedade", ressaltou o Pontífice.

"Buscamos soluções que nos ajudem a construir um novo futuro baseado em condições de trabalho decentes e dignas que venham da negociação coletiva e promovam o bem comum", expressou.

Jovens, migrantes, indígenas e pobres "não podem ser deixados de lado em um diálogo que também deveria reunir governos, empresários e trabalhadores", assinalou o Papa voltando o seu olhar para as categorias sociais mais vulneráveis.

NECESSIDADES DAS MULHERES

Quando se trata de igualdade de direitos, Francisco registrou uma preocupação especial com as mulheres, começando pelas vendedoras ambulantes e trabalhadoras domésticas, que sofrem o impacto do coronavírus em termos de "isolamento" ou "exposição extrema a riscos à saúde".

"Sem creches acessíveis, os filhos dessas trabalhadoras estão expostos a um risco maior à saúde porque as mães devem levá-los para o local de trabalho ou deixá-los em casa sozinhos. É necessário assegurar que a assistência social chegue à economia informal e se preste especial atenção às necessidades particulares das mulheres e meninas", ressaltou Francisco.

Ainda sobre as mulheres, ele denunciou as situações extremas que surgiram em vários países durante a pandemia. As mulheres "continuam clamando por liberdade, justiça e igualdade entre todos os seres humanos", afirmou, avaliando que houve "melhorias notáveis no reconhecimento dos direitos das mulheres e na sua participação no espaço público", mas ainda há muito a ser feito, pois "costumes inaceitáveis ainda não foram completamente erradicados". Em primeiro lugar, a "violência vergonhosa" que resulta em maus-tratos familiares, escravidão ou na "desigualdade de acesso a empregos dignos e aos locais onde se tomam decisões", constatou.

O VÍRUS DA INDIFERENÇA EGOÍSTA

Para o Papa, "uma profunda reforma da economia é urgente e necessária, porque 'uma sociedade não pode progredir descartando'". O risco é o de "ser atacado por um vírus ainda pior que a Covid-19: o da indiferença egoísta".

"Este vírus se propaga quando se pensa que a vida é melhor se for melhor para mim, e que tudo está bem se estiver bem para mim. Assim começamos e terminamos selecionando uma pessoa ao invés de outra, descartando os pobres, sacrificando aqueles que ficaram para trás no chamado 'altar do progresso'".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Concentração reuniu centenas na praça principal da capital da Irlanda

Manifestação em Lima exige a proclamação de Pedro Castillo como vencedor da eleição

Milhares de pessoas se manifestaram no sábado (19) em Lima, capital do Peru, para exigir o respeito à vontade das urnas que elegeu presidente o professor Pedro Castillo e em repúdio à derrotada Keiko Fujimori, herdeira da ditadura, e suas manobras golpistas. "Em defesa da democracia e da pátria, não ao golpe", exigiram os manifestantes.

A eleição foi dia 6 e completaram-se 14 dias sem que o resultado, já conhecido, seja proclamado. A Plaza San Martín foi tomada por delegações que vieram de todas as partes do país. "Você pode ver bandeiras das regiões de Tacna, Chimbote, Ancash, Pisco, Puno, Oxapampa, Arequipa, Callao, Vraem, Apurímac, trajes tradicionais, bandeiras vermelhas e brancas do Peru, o lápis que simboliza Castillo", registra o portal Sputnik em espanhol.

PELA DEMOCRACIA

Na mobilização, a ex-candidata do Juntos pelo Peru, Verónica Mendoza, afirmou que "chegou a hora de unidade, unidade do povo, unidade para defender a democracia, unidade para promover este processo de mudança".

"Dizem que na montanha o voto foi manipulado, que houve fraude, quando nós na montanha e em todo o país votamos com memória, com dignidade e com esperança de dignidade", acrescentou.

"Não vamos permitir que ignorem a vontade popular, o resultado eleitoral, va-



Marcha em defesa da vontade expressa nas urnas

mos defender a democracia, unidos, com um só punho", sublinhou. De acordo com a mídia peruana, ela vem sendo cotada para primeira-ministra no governo do presidente Castillo.

A convocação foi feita por entidades populares, a Central Geral dos Trabalhadores do Peru, estudantes, organizações em defesa dos direitos humanos e partidos de oposição, diante dos intentos de Fujimori e da carta de militares da reserva propugnando pelo esbulho ao voto. Presença também da Associação das Vítimas da Esterilização Forçada e da campanha "Não a Keiko".

"Estamos aqui porque diante do esquecimento de muitas autoridades durante anos, as comunidades, principalmente as Rondas Campesinas [nome dado às organizações comunitárias de defesa dos camponeses peruanos], estão aqui para defender um voto rondero, um voto de esquecimento, um voto desses abandonados, e é por isso que estamos aqui

exigindo pacificamente que se faça justiça", disse Horacio Julcahuanca Orozco, integrante da Coordenação Nacional de Rodadas Campesinas do Peru à Sputnik.

Ao lado de Orozco, uma coluna de ronderos, com seus chapéus tradicionais: "são as patrulhas camponesas que administram a justiça em sua comunidade, são autoridades de seu lugar, viemos de todo o país, viemos do norte, de Cajamarca", acrescentou Castillo, em quem eles votaram e defendem, também era patrulheiro.

A um quarteirão de distância, prossegue a vigília diante do prédio do Júri Eleitoral Nacional (JNE), que já dura dias, para exigir que a vitória do novo presidente seja oficialmente reconhecida.

"Estamos exigindo que o JNE proclame já Castillo como presidente", afirmou Gladys Jará, uma comerciante de Lima, que compareceu ao ato político. Ela conclamou o JNE a não dar ouvidos "àquela máfia de Fujimori".

Seis voos com vacinas chegam à Argentina que acelera imunização

Seis voos com cinco milhões de doses desembarcam durante esta semana na Argentina. Os imunizantes veem da China, Rússia e Estados Unidos. É o resultado de um esforço concentrado do governo argentino junto a diversos países produtores de vacinas para acelerar a imunização no país.

Com a aceleração, a previsão é de que os residentes com idade abaixo de 40 anos já poderão ser vacinados até o final do mês de junho na província argentina de Buenos Aires.

Na capital, Buenos Aires, se anuncia para esta semana a vacinação dos adultos de 40 a 44 anos e também se espera que, até 30 de junho, comecem a se vacinar os de idade abaixo dos 40 anos.

Também está prevista para o começo de julho a entrega do primeiro lote de 500 mil doses da Sputnik V, produzidas pelo laboratório argentino Richmond a partir de prin-



Lote de vacinas no aeroporto argentino de Ezeiza

cípio ativo recebido da Rússia. O material ficou pronto e foram enviadas amostras a Moscou para estudo de qualidade pelo Instituto Gamaleya.

A empresa Aerolíneas Argentinas prepara dois novos voos a Moscou para quarta-feira e quinta-feira (a previsão é que os aviões tragam 2 milhões de doses da Sputnik V). Na sexta-feira parte dois voos saem de Albuquerque, Estados Unidos, com 1.134.000 doses da vacina AstraZeneca.

No sábado e no do-

mingo (20) partiram dois voos da Aerolíneas Argentinas rumo a Pequim de onde trarão lotes da vacina produzida pelo laboratório Sinopharm. São os primeiros embarques de um total de seis contratados. Dessa forma, se prevê que, de Pequim, cheguem mais dois milhões de doses.

Segundo avaliação do jornal argentino Página 12, a Argentina deve receber um total de mais de 10 milhões doses de vacinas durante o mês de julho.

As manifestações realizadas em Berlim, Paris, Lisboa, Londres e Roma, mostraram solidariedade internacional aos que, nas ruas e praças de norte a sul do Brasil, exigiram "Fora Bolsonaro"

As manifestações contra Bolsonaro se estenderam por dezenas de cidades europeias durante o sábado (19). Os atos aconteceram em paralelo com os protestos realizados em centenas de cidades do Brasil.

"Fora Bolsonaro!" e "Bolsonaro genocida!" foram alguns dos cartazes e faixas mais comuns nas manifestações realizadas nas capitais europeias de Lisboa, Dublin, Berlim, Amsterdã, Londres, Paris, Praga, Viena, Madri e Roma.

Também aconteceram atos em outras grandes cidades do continente, entre elas, em Frankfurt, Colônia, Munique, Friburgo e Leipzig (Alemanha); Zurique e Genebra (Suíça), Barcelona e Palma de Maiorca (Espanha), Coimbra (Portugal), Cork e Galway (Irlanda).

Foram registradas também manifestações nos EUA, em Washington e na Argentina, em Rosário.

Uma das primeiras do sábado, aconteceu em

Dublin, ao lado do monumento Spire, ponto central da capital irlandesa. Segundo os organizadores o ato dublinense contou com 200 pessoas pedindo a saída já de Bolsonaro.

Em Berlim, os manifestantes se reuniram em frente ao Portão de Brandemburgo com faixas pelo impeachment de Bolsonaro.

O protesto ocorrido na Inglaterra se concentrou diante da embaixada do Brasil em Londres, enquanto que em Lisboa a concentração aconteceu na Praça Marquês de Pombal e em Paris o ato foi na Praça da Bastilha.

Organizadores do ato em Londres conseguiram também projetar imagens denunciando o descaso à vida por Bolsonaro em prédio situado à entrada da mais conhecida das pontes sobre o rio Tâmisa.

Link para o vídeo com o conjunto dos protestos pelo mundo:

<https://www.youtube.com/watch?v=054MUC-cw8gc&t=10s>



"Prenham Bolsonaro", diz imagem projetada em Londres

Gregos param contra a jornada de 10 horas e ataque a direito de greve

Milhares de gregos voltaram às ruas pela segunda vez nesta quarta-feira (16) para protestar contra o projeto de 'reforma' trabalhista que permite ampliação das jornadas de trabalho e impõe severas limitações ao direito de greve.

Bancada pelo primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis, a "nova" legislação aprovada por estreita margem – 158 deputados da Nova Democracia (de direita) dos 300 – repete a surrada fórmula neoliberal que possibilita a diminuição de direitos, jornada e salários.

Entre os inúmeros atropelos, a reforma dá carta branca para a extensão da jornada para até 10 horas diárias, impõe um serviço mínimo nas greves no setor público e responsabiliza penalmente os sindicatos pelo seu descumprimento.

Diante da afronta, o país foi

sacudido com manifestações e greves que paralisaram entre outras atividades os transportes públicos de Atenas e as conexões marítimas com as ilhas gregas, bem como inúmeros serviços públicos.

Depois de erguerem suas vozes, faixas e cartazes pelas ruas e avenidas da capital pela manhã, milhares de manifestantes voltaram a se concentrar em frente ao parlamento à noite para alertar sobre o descaminho recessivo e antidemocrático que começou a ser trilhado.

Ao contrário da oposição, Kyriakos Mitsotakis sustenta que a reforma é "profundamente favorável ao crescimento". Para ele, os abusos 'alinham-se' com as normas europeias, segundo as quais a normalidade é que um entre cada quatro trabalhadores não esteja registrado formalmente.

Ditadura de Ortega prende o quinto candidato da oposição nicaraguense

Com a contagem regressiva para as eleições presidenciais de 7 de novembro, em que Daniel Ortega tentará se reeleger pela terceira vez consecutiva, a Polícia da Nicarágua prendeu mais um pré-candidato opositorista, o quinto, em três semanas.

O jornalista Miguel Mora, do Partido da Renovação Democrática (PRD, evangélico), foi detido na noite de domingo (20) acusado de "realizar atos que minavam a independência, a soberania e a autodeterminação do país", além de "incitar interferência estrangeira em assuntos internos". A prisão ocorreu tendo como base a lei 1.055, sancionada em dezembro e apontada por órgãos internacionais como dispositivo a serviço de para barrar críticos e opositores de Ortega.

Mora era diretor do agora fechado canal 100% Noticias, atualmente em formato digital. Esta é a segunda vez que ele é detido, após uma primeira prisão em 21 de dezembro de 2018, quando forças do governo invadiram a emissora de televisão e o prenderam junto com sua

chefê de redação, Lucía Pineda Ubau. Ambos passaram quase seis meses na prisão, acusados de "incitar o ódio" para promover atos terroristas durante protestos antigovernamentais. Na ocasião, ele foi libertado por meio de uma lei de anistia.

A primeira candidata a ser presa foi a também jornalista Cristiana Chamorro, filha da ex-presidente Violeta Barrios de Chamorro (1990-1996) e de Pedro Joaquín Chamorro, herói nacional assassinado pela ditadura somozista (1934-1979), em 2 de junho. Cristiana agora segue em prisão domiciliar. Igualmente foram detidos o ex-embaixador Arturo Cruz, o acadêmico Félix Maradiaga e o economista Juan Sebastián Chamorro, primo de Cristiana. No domingo (13), haviam sido presos os ex-guerrilheiros sandinistas Dora María Téllez, Victor Hugo Tinoco e Hugo Torres, considerados heróis da revolução sandinista. Além deles, outros 9 dirigentes opositoristas foram presos poucos meses atrás.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Colunista do LA Times diz que 'é charlatanismo hipótese de vazamento para origem do Sars Cov-2'

Putin e Biden concordam em iniciar negociações sobre limites a armas nucleares

Os presidentes Vladimir Putin (Rússia) e Joe Biden (Estados Unidos) concluíram nesta quarta-feira (16) sua primeira cúpula em Genebra, na Suíça, com as duas partes considerando as conversações "cordiais" e "construtivas".

A retomada dos respectivos embaixadores aos seus postos é a primeira manifestação desse princípio de entendimento, após meses de tensões com as relações entre as duas maiores potências nucleares no ponto mais baixo em décadas.

Putin e Biden também reafirmaram o princípio de que "uma guerra nuclear não pode ser vencida e nunca deve ser travada".

Os dois presidentes concordaram em iniciar negociações sobre limitar armas nucleares com o objetivo de substituir o atual tratado Start, que expira em 2026 e que quase foi liquidado por iniciativa de Washington.

Biden reverteu isso quase no último minuto, mas manteve a liquidação do tratado de Céus Abertos e do Tratado de Proibição de Armas Nucleares Intermediárias INF, cometida pelo antecessor Trump.

Putin e Biden compartilharam um aperto de mão e posaram para fotos, antes do início da cúpula na Villa la Grange. "Muitas questões se acumularam nas relações russo-americanas", declarou Putin no início do encontro, quando agradeceu a Biden pela iniciativa. Já o norte-americano respondeu que "é melhor quando nos vemos cara a cara".

Putin presenteou Biden com um conjunto de artigos de papelaria decorado no estilo tradicional da pintura russa de Khokhloma, enquanto o presidente dos Estados Unidos deu a Putin um par de óculos de aviador e uma escultura de cristal de um bisão.

CARA A CARA

Durante noventa minutos, o encontro foi em um formato mais reduzido, com os dois presidentes acompanhados pelos respectivos ministros das Relações Exteriores, Sergei Lavrov (Rússia) e Antony Blinken (EUA) e tradutores.

Como Putin disse a jornalistas, "os temas [das discussões] provavelmente são conhecidos por todos: estabilidade estratégica, segurança cibernética, conflitos regionais, relações comerciais e também falamos sobre cooperação no Ártico".

Após um breve intervalo, ocorreu uma sessão ampliada, com a participação adicional, pelo lado russo, dos assessores presidenciais Yuri Ushakov e Dmitry Peskov, mais o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Russas, Valery Gerasimov, e o embaixador nos EUA Anatoly Antonov.

Pelo lado norte-americano, o assessor de Segurança Nacional Jake Sullivan, a subsecretária de Estado Victoria Nuland, o diretor de Segurança Nacional para a Rússia Eric Green e o embaixador na Rússia John Sullivan.

Ao final, não houve uma coletiva de imprensa conjunta, com cada presidente falando à mídia em separado. Entre as questões em que se registraram avanços, estão discussões sobre a segurança no Ciberespaço, tema sobre o qual a Rússia vem propondo, desde 2015, um tratado internacional além da cooperação no Ártico.

Como Putin salientou, as conversações, apesar das diferenças de pontos de vista, permitiram esclarecer posições e propiciar caminhos para sua elaboração.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Dia da Abolição da escravidão agora é feriado federal nos EUA

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sancionou nesta quinta-feira (17) a lei que tornou o 19 de junho em feriado nacional. Junção das palavras junho e dezoito em inglês, o "Juneteenth" recorda a liberdade conquistada quando os escravos do Sul foram derrotados na "Guerra de Secessão", com a libertação dos últimos escravos em Galveston, no Estado do Texas. A Proclamação de Emancipação tornando livres "todas as pessoas mantidas como escravas" havia sido sancionada por Abraham Lincoln em 1º de janeiro de 1863.

A sanção de Biden ocorreu um dia após a aprovação pelo Congresso norte-americano e já será comemorada a partir deste ano. A Câmara dos Representantes aprovou a lei por 415 votos a favor e 14 contra. Na véspera, o texto havia sido aprovado por unanimidade no Senado.

"Juneteenth marca tanto a longa e difícil noite de escravidão e subjugação quanto a promessa de uma manhã mais brilhante por vir", afirmou o presidente norte-americano. Biden destacou que este é "um dia em que nos lembramos da mancha moral, o

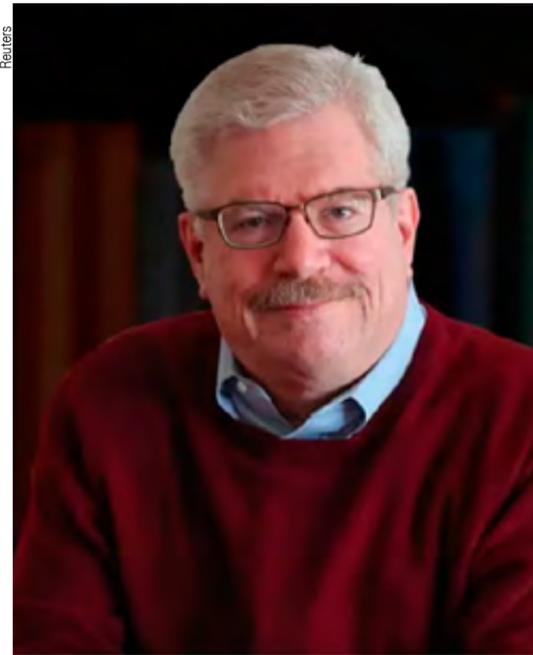
terrível custo da escravidão ao país e continua a trazer - o que há muito chamo de 'pecado original da América'".

Por casualidade, foram dois congressistas do Texas, a democrata Sheila Jackson e o republicano John Cornyn, os autores da proposta, em um raro momento de união bipartidária. No ano passado, o texto havia sido bloqueado por um senador republicano.

Diante de uma foto antiga de um homem negro com as costas dilaceradas, Sheila discursou no plenário sobre a "longa jornada" percorrida até o reconhecimento do significado histórico da medida. "Mas aqui estamos hoje, livres para votar pelo 'Juneteenth' como feriado nacional da independência, um feriado federal para os Estados Unidos", comemorou. "Reconhecer e aprender com os erros do passado é essencial para seguirmos em frente", acrescentou o senador republicano John Cornyn.

O novo feriado nacional foi aprovado após inúmeros casos de racismo e assassinatos nos Estados Unidos, como o recente de George Floyd, que mobilizou o país no ano passado, com repercussão internacional.

Leia mais no site HP



Michael Hiltzik (Foto do site michaelhiltzik.com)

Roger Waters: "EUA quer matar Assange por ter dito a verdade"

"Querem matar Julian Assange porque disse a verdade", denunciou o ex-líder da banda Pink Floyd, Roger Waters, para quem o presidente Biden deve acabar com esta "repulsiva" perseguição ao jornalista, fundador do WikiLeaks e preso político. "Sabemos com certeza" que Assange "não cometeu nenhum delito e que tudo o que fez foi transmitir notícias".

Com 49 anos, Assange é acusado de espionagem e pirataria informática por ter publicado, desde 2010, centenas de milhares de páginas de documentos militares secretos e cabos diplomáticos com relatos minuciosos dos crimes dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão. A repercussão da política de terrorismo de Estado, amplamente difundida pelo portal WikiLeaks, fez com que governos norte-americanos transformassem Assange em inimigo a ser abatido.

Em entrevista ao Russia Today, o renomado músico explicou que sua luta pela liberdade de Assange é por ser contrário a injustiças. "Ele é apresentado como um exemplo: fique de boca fechada ou isso vai acontecer com você". "Estão tratando de matar a Julian Assange por ter dito a verdade e isso é repulso", condenou.

Para Waters, "é interessante que este presidente democrata ainda não tenha revertido a afirmação do governo Obama, uma vez que não houve nenhum caso [...] e que não se pode processar Assange, porque se o fizer, você terá que processar a todos os editores que publicam qualquer verdade que possa ser inconveniente". "Se isso é um crime, então deveríamos fechar os conselhos editoriais do The New York Times e de todos os demais", destacou o consagrado músico, reiterando que "tudo é uma farsa completa".



Fundador da banda Pink Floyd, Roger Waters

Waters conclamou Biden e seu governo a retirarem as acusações contra Assange, que imputam uma pena máxima de 175 anos de prisão, pois "certamente, não houve espionagem ou qualquer crime que possa ser processado nos Estados Unidos".

Atualmente ele se encontra recluso na prisão de segurança máxima de Belmarsh (Reino Unido). Foi detido em abril de 2019 na Embaixada do Equador em Londres - onde se encontrava desde agosto de 2012 - após o governo de Moreno render-se aos EUA e decidir lhe retirar o asilo diplomático.

Cerca de 160 chefes e ex-chefes de Estado, primeiros-ministros, ministros, diplomatas e parlamentares assinaram uma carta exigindo que o governo do Reino Unido encerre o processo de extradição de Julian Assange movido pelo regime Trump. Os signatários pedem que seja concedida ao jornalista a imediata libertação da prisão de Belmarsh, a Guantánamo britânica, onde é mantido em confinamento solitário desde abril de 2019.

Leia mais no site Hora do Povo

Ebrahim Raisi é eleito presidente do Irã com 61,9% dos votos

O juiz e clérigo Seyyed Ebrahim Raisi venceu as eleições presidenciais no Irã em 2021 por larga margem no primeiro turno, com quase 18 milhões de votos, anunciou no sábado (19) o ministro do Interior, Rahmani Fazli.

A votação ocorreu na sexta-feira, com uma participação de quase 29 milhões de pessoas (48,8%). A eleição foi realizada sob pandemia e sanções esvaziadas movidas pelos EUA. Os apoiadores de Raisi saíram às ruas de Teerã (capital) e de outras cidades do país para comemorar o triunfo.

Os três outros candidatos, o ex-comandante da Guarda Revolucionária Mohsen Rezaei, o ex-governador do Banco Central Nasser Hemmati e o deputado Amir-Hosseini Ghazizadeh-Hashemi, tiveram respectivamente 3,4 milhões de votos (11,79%), 2,4 milhões (8,39%) e quase um milhão (3,45%). Eles já reconheceram a vitória de Raisi. Foram também computados mais 14% de votos brancos ou

nulos. Os jovens constituem grande parte do eleitorado, com quase metade da população com menos de 30 anos.

Como Raisi venceu por mais de 50% dos votos válidos - teve 61,9% - não há necessidade de segundo turno. Na eleição passada (2017), em que Hassan Rouhani se reelegeu, ele havia ficado em segundo lugar. Desde 2019, vinha exercendo o cargo de chefe do Judiciário.

A campanha de Raisi teve como mote "Governo Popular, Irã forte", com um programa de erradicação da corrupção no poder executivo, criação de empregos, contenção da inflação, combate à pobreza e à desigualdade e defesa da soberania e do desenvolvimento. "As queixas de nosso povo sobre as deficiências são reais", disse Raisi ao votar em Teerã.

Além de eleger o presidente do país, os iranianos também sufragaram representantes municipais.

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

O jornalista e escritor Michael Hiltzik adverte: "o que falta" na dita "revisão" sobre a origem do novo coronavírus "é o fato básico", ou seja, "não há qualquer evidência" da suposta infecção por vírus em laboratórios chineses. Não houve e não há

houve e não há". Ele também destacou a tentativa de criar uma falsa equivalência em termos de ciência da probabilidade de ocorrência entre a hipótese zoonótica [transmissão animal-humano] e a hipótese "laboratorial". Uma, repetidamente comprovada pelos virologistas, e outra, que depende de uma "conspiração e silêncio entre muitos cientistas participantes". Como o colunista também registrou, a primeira Covid (SARS) só teve a origem identificada com precisão

14 anos depois do surto; o vírus da Ébola, detectado há 45 anos, continua sem origem conhecida. Hiltzik registrou ainda, a recente declaração do virologista norte-americano Robert Garry, co-autor do estudo publicado na revista Nature no ano passado, que examinou e refutou a "hipótese laboratorial". "Nossa conclusão de que não vazou do laboratório é mais forte hoje do que quando escrevemos o artigo".

A seguir, o texto de Hiltzik. Boa leitura. A Redação

MICHAEL HILTZIK*

O resultado cientificamente autoevidente de "a natureza odeia o vácuo" é que a natureza tende a preencher a lacuna com detritos próximos.

Por exemplo, considere o crescente interesse na alegação de que um coronavírus liberado acidental ou intencionalmente do Instituto de Virologia de Wuhan, na China, atingiu o mundo exterior.

A "Hipótese laboratorial" ['vazamento'], conhecida dos virologistas, está no auge. Tendo sido longamente rejeitada por muitos especialistas, agora é uma de duas possibilidades comuns para a origem da Covid-19, junto com a teoria de que o vírus atingiu os humanos através do contato com animais hospedeiros. E levada mais a sério.

Em carta à revista Science de 14 de maio, dezoito especialistas proeminentes pediram um estudo "transparente e objetivo baseado em dados" de ambas as teorias para "tornar mais clara a origem desta pandemia". Foi encaminhada à Organização Mundial da Saúde, que em abril tachou a origem laboratorial da Covid-19 de "muito improvável".

Em adição, o presidente Biden concedeu à inteligência federal um período de carência de 90 dias em 26 de maio, dizendo: "a análise mais recente sobre a origem da Covid-19, se ocorreu a partir do contato humano com animais infectados ou de um acidente de laboratório."

Novas especulações sobre a origem da Covid-19 têm sido inventadas pela mídia, que tem sido acusada de ignorar em 2020 a teoria laboratorial em todos os signos, apenas por ter sido promovida pelo presidente Trump. Eu o fiz.

Isso é tratado como mais um golpe contra a "mídia liberal", que parece estar marchando em linha para desprezar os conservadores. A mídia principal, escreveu Jonathan Chait, da New York Magazine: "pegou as táticas de Donald Trump e respondeu com suas próprias convicções falsas contra as crenças do ex-presidente."

O que está faltando em toda essa revisão é busca da alma é o fato básico: a alegação de que Covid-19 ocorreu em laboratórios na China ou em outro lugar, ou que os laboratórios chineses até mesmo infectaram o vírus. Não há qualquer evidência de uma suposta infecção pelo vírus. Existem ainda menos [evidências] para as versões mais violentas da alegação, de que o vírus foi deliberadamente manipulado. Nunca houve e não há.

Ninguém argumenta que não podem ocorrer vazamentos de laboratório. Vírus escaparam de laboratórios no passado, às vezes levando a infecções humanas. No entanto, a migração de "zoonoses", ou migração animal-humano, é uma rota muito mais comum e bem documentada. Portanto, a comunidade virológica acredita que a Covid-19 tem muito mais probabilidade de ter vazado de hospedeiros animais para humanos.

Foi a essa conclusão a que eu cheguei com o importante tratado sobre a origem do COVID-19 publicado na Nature em fevereiro de 2020 por virologistas dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália. "Não acreditamos que nenhum tipo de cenário baseado em laboratório seja

válido", escrevem eles.

"Não podemos provar que o SARS-CoV-2 [o vírus Covid-19] é de origem natural e não podemos provar que sua ocorrência não foi o resultado de um vazamento no laboratório", disse Christian Andersen do Scripps Research Institute em La Jolla, o autor principal de Nature. Ele me disse por e-mail.

"Embora os dois cenários sejam possíveis, as possibilidades não são as mesmas", disse Andersen. "Precedentes, dados e outras evidências apoiam fortemente a ocorrência natural como uma teoria científica com uma probabilidade muito alta de ocorrência de SARS-CoV-2, mas vazamentos de laboratório são especulações não confiáveis e não comprovadas. Permanece uma completa hipótese".

Robert F. Garry, co-autor da Tulane Medical School, falou a vários colegas durante um webinar recente: "Nossa conclusão de que não vazou do laboratório é mais forte hoje do que quando escrevemos o tratado."

"As possibilidades das duas hipóteses são quase iguais", conforme o veterano da pseudociência David Gorsky resume o conflito entre a teoria laboratorial e a teoria zoonótica.

O que resta na teoria laboratorial são meias verdades, deturpações e especulações tendenciosas.

Pense em um dos gatilhos para o aumento da especulação. O artigo de 23 de maio no Wall Street Journal, Três pesquisadores do Instituto de Virologia de Wuhan na área onde o primeiro surto foi confirmado relataram que ficaram doentes no outono de 2019 e tiveram de ser tratados em um hospital. Isso foi poucos meses antes da pandemia começar.

No entanto, o relatório não fornece evidências que liguem a doença dos pacientes ao estudo Covid-19 no Instituto Wuhan. De acordo com o relatório, os pesquisadores apresentaram "sintomas consistentes com Covid-19 e doenças sazonais comuns". Sim, sim: o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA informa que a Covid e os sintomas da gripe sazonal são semelhantes entre si.

Não há evidências de que os três pesquisadores foram infectados com Covid-19 em vez de influenza ou outros vírus. Além disso, não há informações sobre o desenrolar clínico desses três casos.

Além disso, os virologistas apontam que é improvável que Covid tenha um impacto sério em apenas três pessoas. Outras vítimas podem ter tido sintomas mais leves, mas um surto daquela magnitude era difícil de conter.

Quando a carta à revista Science, alguns dos 18 signatários estão lutando para enfatizar que não apoiam a teoria laboratorial. Algumas pessoas são muito céticas em relação a essa hipótese.

David Lerman, da Univerisidade de Stanford, o organizador da carta, disse: "Amy Maxmen da Nature, 'Não estou dizendo que acredito que o vírus veio do laboratório'. Outro signatário, Ralph S. Barick, da University of North Carolina, disse ao New Yorker: 'A sequência SARS-CoV-2 na verdade representa um evento espontâneo na vida selvagem'".

O objetivo ao assinar a carta não era apontar para o Instituto Wuhan, mas instar a OMS a

trabalhar mais para identificar a origem, seja ela qual for, antes de expressar uma opinião clara. Eles disseram.

As instruções de Biden às agências de inteligência são consideradas um apoio de fato para a alegação de que a origem é o Instituto. Por exemplo, a manchete do Financial Times Report sobre a diretoria, "Como Biden chegou à teoria laboratorial".

Uma leitura rápida da diretoria revela que Biden "não assumiu" a teoria laboratorial. Suas instruções são decididamente neutras sobre a origem dos Cvids. Isso é consistente tanto com o interesse na conclusão de que o vírus se originou no laboratório quanto com o desejo de parar a suposição.

Vamos dar uma olhada na ciência que fundamenta a busca pela origem da Covid. Um fato importante é que você pode não obter uma resposta definitiva. A origem do vírus Ebola, identificado pela primeira vez há 45 anos, ainda é desconhecida, informou a escritora científica Amy Maxmen à Nature.

Maxmen disse que levou 14 anos para os pesquisadores rastrear desde a síndrome respiratória aguda grave (SARS) que ocorreu entre 2002 e 2004 até o vírus que passou dos morcegos para os humanos.

No entanto, a história da epidemia do vírus indica fortemente as "zoonoses" do vírus Covid-19, uma transmissão animal-humano. "Há uma longa história de emergência de patógenos por meios naturais: a maioria dos novos patógenos virais que causaram doenças infecciosas e pandemias em humanos surgiram naturalmente de depósitos de vida selvagem", disse Angela Rasmussen, Centro de Ciências da Saúde Global e Segurança da Universidade de Georgetown. Escreveu em janeiro.

"A conclusão esmagadora é que o vírus também invadiu o hospedeiro humano por meio de uma série de infelizes encontros acidentais com animais", observou Rasmussen.

Além disso, o vírus que causa Covid-19 é conhecido como um vírus oportunista que é transmitido entre espécies com poucos problemas. Na terminologia de vírus, é "pantropical".

Se um vazamento de laboratório ocorrer em segredo ou inadvertidamente, "é necessária uma conspiração e ocultação em grande escala envolvendo muitas pessoas, incluindo cientistas altamente qualificados, e no que eles estão trabalhando. E que não digam a verdade sobre o que tinham", Gary me relatou.

A teoria laboratorial deriva de sua validade superficial, especialmente para o público em geral. O Instituto Wuhan tem uma coleção de vírus de morcego, alguns dos quais parecem se assemelhar ao coronavírus que causa a Covid-19.

No entanto, alguns virologistas afirmam que eles não são tão semelhantes a ponto de sofrer mutação para o SARS-CoV-2, mesmo por manipulação deliberada. "Isso é muito forte para quem não estuda o vírus há muito tempo. É um ponto com o qual não posso simpatizar". (...)

* Michael Hiltzik é escritor e jornalista com prêmio Pulitzer.

Leia a íntegra no site do HP

Os atentados de Bolsonaro à disciplina e ao espírito do nosso Exército - (3)

Continuação

(...) A “guerra psicológica adversa, a animosidade” – a excitação pelo terrorismo, inclusive verbal -, a que se referiu o ministro Clerot, foi a constante de Bolsonaro nos 30 anos seguintes – e até hoje. A “Operação Beco Sem Saída” foi apenas o primeiro passo de Bolsonaro, nesse ramo, que veio a público

CARLOS LOPES

O resultado do julgamento de Bolsonaro no Superior Tribunal Militar (STM), com sua absolvição, é uma demonstração de como julgamentos “políticos” – isto é, guiados pelo interesse político **contra as provas** que constam dos autos – podem ser injustos.

O pretexto invocado para a absolvição é outra demonstração disso – pois era inteiramente falso, apesar de Bolsonaro repeti-lo até hoje: a história de que houve quatro perícias, que empataram, duas a duas, em atribuir a ele, ou não, a autoria dos croquis publicados por “Veja”.

Foi essa falsidade, aliás, o que levou Luiz Maklouf Carvalho a escrever **“O Cadete e o Capitão – A vida de Jair Bolsonaro no quartel”**. Como ele conta, na série anterior de reportagens, que fez para “O Estado de S. Paulo”, isso lhe havia escapado. Foi somente depois de um longo trabalho nos autos do processo, e nas gravações da sessão do STM que julgou Bolsonaro, que lhe ficou claro que o veredicto tivera fundamento falso.

Embora já o tenhamos mencionado várias vezes nesta série, resumamos, então, o caso que estava em julgamento. Para isso, recorreremos ao nosso próprio relato, em matéria publicada em 2018.

BECO DAS BOMBAS

“Em outubro de 1987, a revista ‘Veja’ (edição nº 999, de 27/10/1987) publicou um plano que o então capitão Jair Bolsonaro, na época cursando a Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), apresentara a uma de suas repórteres.

“O plano, denominado ‘Operação Beco Sem Saída’, era ‘explodir bombas em várias unidades da Vila Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras (...) e em vários quartéis’, se o reajuste dos militares, naquele ano, ficasse abaixo de 60%.

“Serão apenas explosões pequenas, para assustar o ministro. Só o suficiente para o presidente José Sarney entender que o Leônidas não exerce nenhum controle sobre a tropa”, disse à repórter Cássia Maria, da ‘Veja’, a esposa do capitão Fábio Passos, apelidado de ‘Xerife’, parceiro de Bolsonaro no plano. “Leônidas” era o general, e ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves.

“O plano, resumiu a repórter, era, sobretudo, ‘explodir bombas de baixa potência em banheiros da Vila Militar’. Na reportagem, ela forneceu o endereço em que se encontrara com os então militares, e com a esposa de ‘Xerife’, transcrevendo as declarações de Bolsonaro contra o ministro do Exército:

“‘Temos um ministro incompetente e até racista’, disse Bolsonaro a certa altura. (...) Perguntei, então, se eles pretendiam realizar alguma operação maior nos quartéis. ‘Só a explosão de algumas espoletas’, brincou Bolsonaro. Depois, sérios, confirmaram a operação que Lígia chamou de Beco sem Saída. ‘Falamos, falamos, e eles não resolvem nada’, disseram. ‘Agora o pessoal está pensando em explorar alguns pontos sensíveis.’

“Em seguida, ‘sem o menor constrangimento, Bolsonaro deu uma detalhada explicação sobre como construir uma bomba-relógio. O explosivo seria o



trinitrotolueno, o TNT, a popular dinamite. O plano dos oficiais foi feito para que não houvesse vítimas. A intenção era demonstrar a insatisfação com os salários e criar problemas para o ministro (do Exército) Leônidas Pires Gonçalves. De acordo com Bolsonaro, se algum dia o ministro do Exército resolvesse articular um golpe militar, ‘ele é que acabaria golpeado por sua própria tropa, que se recusaria a obedecê-lo. Nosso Exército é uma vergonha nacional, e o ministro está se saindo como um segundo Pinochet’.

“Quando da publicação dessa reportagem, o ministro do Exército, general Leônidas, declarou em Brasília: ‘Os dois oficiais envolvidos [Bolsonaro e o também capitão Fábio Passos], eu vou repetir isso, negaram peremptoriamente, da maneira mais veemente, por escrito, do próprio punho, qualquer veracidade daquela informação. Quando alguém desmente peremptoriamente e é um membro da minha instituição e assina embaixo, em quem eu vou acreditar? Nesses, que são os componentes da minha instituição – e eu sei quem é minha gente’.

“No entanto, Bolsonaro havia desenhado, para a repórter da ‘Veja’, um croqui, com a adutora do Guandu, que abastece de água o Rio de Janeiro, e uma carga de dinamite com um detonador elétrico instalado em um relógio.

(...) “O ministro do Exército, então, mudou de posição e Bolsonaro foi remetido a um ‘conselho de justificação’. Por unanimidade, os três coronéis que faziam parte desse conselho o consideraram culpado (...). Escreveram os coronéis [do conselho]:

“O Justificante [Bolsonaro] mentiu durante todo o processo, quando negou a autoria dos esboços publicados na revista VEJA, como comprovam os laudos periciais. Revelou comportamento atípico e incompatível com o pundonor militar e o decoro da classe, ao passar à imprensa informações sobre sua instituição” (v. HP 16/08/2018, **Terrorismo de baixa potência**).

Somente para maior precisão: na verdade, a repórter de “Veja” apresentou dois croquis da autoria de Bolsonaro; além daquele da adutora do Guandu, havia outro, em que era indicada, para a repórter, a casa de outro militar.

COMEÇO DAS PERÍCIAS

Não havia motivo para que a repórter Cássia Maria Rodrigues mentisse sobre a “Operação Beco Sem Saída”.

Pelo contrário, Bolsonaro, como ficou demonstrado na sindicância e no Conselho de Justificação, era fonte da repórter – e da “Veja” – dentro do Exército.

A decisão de publicar a história das bombas em quartéis foi explicada pela revista e pela repórter com um argumento irretorquível: era impossível manter “sigilo jornalístico” diante de atos de terrorismo, ainda que de “baixa potência”.

Tanto a direção editorial da “Veja” (José Roberto Guzzo e



Elio Gaspari), em São Paulo, quanto a direção da cursal do Rio (Alessandro Porro e Ali Kamel), concordaram em que esconder um plano para explosão de bombas estava além (ou aquém) de qualquer jornalismo.

Daí, a publicação da primeira matéria, desmentida por Bolsonaro – e pelo então ainda confiante general Leônidas.

A publicação de dois croquis, do “próprio punho” de Bolsonaro, na edição seguinte da revista, desmontou a negativa do então capitão.

O próprio Exército logo chegou à conclusão de que o mentiroso era Bolsonaro.

Para isso, as perícias foram fundamentais.

Maklouf nota em seu livro que jamais existiram quatro perícias, mas três, duas das quais apontaram Bolsonaro como autor dos croquis publicados por “Veja”.

A rigor, é possível, inclusive, dizer que só existiram duas perícias, todas duas indicando, com certeza mais do que razoável, que a mão que desenhara os croquis, inclusive as letras e palavras que estão neles, era de Bolsonaro.

Por quê?

Porque a primeira perícia, realizada ainda na fase de sindicância do caso – antes, portanto, do Conselho de Justificação – não foi uma perícia sobre os originais, mas sobre cópias xerox das páginas de “Veja”.

No relato de Maklouf:

“Foi dele [do tenente-coronel Ronaldo Cardoso, chefe da sindicância] o primeiro pedido de perícia (exame grafotécnico) sobre os dois croquis, ao comando do 1º BPE [Batalhão de Polícia do Exército], seção de investigações criminais. Além das cópias xerográficas dos desenhos publicados – páginas 56 e 57 da revista Veja de 4 de novembro -, mandou, para comparação, duas provas manuscritas do capitão-aluno Jair Bolsonaro, uma com sete folhas, outra com dezessete.

“O laudo saiu no dia 6 de novembro, assinado por dois peritos: o capitão de infantaria José Maurício Rodrigues Garcia e o primeiro-tenente de infantaria Newton Prado Veras Filho. Na conclusão, ambos afirmaram que a precariedade das cópias xerográficas não permitia que se aponhassem ‘responsabilidades sobre punhos gráficos’. Ao remeter ao coronel Cardoso essa primeira perícia, o comandante do 1º BPE, coronel de infantaria José Plínio Monteiro, informou que, ‘para uma análise mais aprofundada da questão, seria necessário ter-se em mãos os originais dos documentos publicados na revista, para que os trabalhos de polícia científica fossem apoiados em provas confiáveis’.

“Em seu parecer de conclusão dos trabalhos, emitido em 13 de novembro, o coronel Ronaldo Cardoso registrou: ‘O laudo pericial referente à comparação gráfica não foi conclusivo sobre a autoria dos croquis, mas este sindicância, na parte conclusiva da presente apuração, aduzirá outras considerações a respeito’.

“Quais sejam: ‘Não poderia deixar de ressaltar a grande semelhança que existe entre as letras ‘a’, ‘o’ e ‘p’ contidas no croqui publicado pela revista Veja, com as mesmas letras assinaladas em provas feitas de próprio punho do capitão Bolsonaro. A perícia não foi bastante para apontar a semelhança apontada, permanecendo, pois, a dúvida” (cf. Luiz Maklouf Carvalho, **“O Cadete e o Capitão – A vida de Jair Bolsonaro no quartel”**, Todavia, 2019, pp. 88/89).

O SEGUNDO LAUDO

A primeira perícia, portanto, não era uma verdadeira perícia, no sentido de que não foi feita sobre os originais, portanto, apesar de todas as suspeitas – aliás, bastante procedentes – do coronel Ronaldo Cardoso, não podia ser conclusiva.

Mas é na segunda perícia que Bolsonaro tentou amarrar sua alegação de que existiram “quatro perícias”, ao invés de três (como aponta Maklouf) ou duas (como apontamos acima, ao destacar o caráter impróprio do primeiro exame pericial).

O motivo é que o laudo da segunda perícia foi retificado por seus autores, após o recebimento de material suplementar.

“A segunda perícia grafotécnica dos croquis e manuscritos do capitão Bolsonaro foi solicitada, em 17 de dezembro de 1987, ao comandante do 1º BPE, coronel José Plínio Monteiro, o mesmo da primeira perícia e que pedira os originais dos croquis ‘para uma análise mais aprofundada’, agora em mãos. Esse segundo exame foi realizado pela mesma seção de Investigações Criminais e ficou pronto onze dias depois, em 28 de dezembro.

“(…) Apesar de encontrarem semelhança entre alguns caracteres gráficos dos croquis e dos manuscritos de Bolsonaro, os dois peritos afirmaram que isso não implicava ‘responsabilidade gráfica’.

(...) “... em 25 de janeiro, o comandante do 1º BPE, o coronel José Plínio Monteiro, apresentou, a pedido do coronel Bechara Couto, uma ‘complementação de laudo pericial’. Tratava-se de um adendo à segunda perícia, a de nº 58/87, assinada pelos peritos do Exército Newton Prado Veras Filho e Horácio Nelson Mendonça. (...) o motivo que justificou o pedido de complementação foi o novo material colhido do punho de Bolsonaro na EsAO para a terceira perícia, feita pela Polícia Federal.

“O complemento do laudo pericial 58/87 concluiu que ‘ante a comparação gráfica realizada entre os padrões gráficos coletados e a peça motivo (croquis), **são os peritos acordes em que os caracteres gráficos lançados nos croquis e nas peças padrão, promanaram de um mesmo punho gráfico**’. Ou seja: o laudo 58/87 da segunda perícia do Exército, inicialmente inconclusivo, **passou, depois da complementação, a apontar a autoria de Bol-**

sonaro” (cf. Maklouf, **op. cit.**, pp. 109-111, grifos nosso).

PERÍCIA FINAL

Em palavras simples: **a segunda perícia apontou a autoria de Bolsonaro**. O fato do primeiro laudo desta mesma perícia não ter feito isso, não altera o resultado final, pois a este se chegou após os peritos terem acesso a novo material, que não estava disponível quando elaboraram o laudo inicial.

O truque de Bolsonaro – ou de quem o tenha orientado – é o de considerar o laudo inicial e o laudo final da segunda perícia como duas perícias separadas e independentes.

Assim, conseguiu-se chegar ao número de quatro perícias, número mentiroso por qualquer critério de contagem.

A partir desse número é que Bolsonaro propalou que as perícias haviam empatado, duas contra ele e duas a favor dele.

Mas esse empate jamais existiu.

Até porque a terceira perícia, **realizada pela Polícia Federal**, não deixou margem à dúvida.

“No dia 4 de janeiro de 1988, uma semana depois de ter saído o resultado da segunda perícia, o coronel Bechara Couto [chefe do Conselho de Justificação] pediu outra, a terceira, dessa vez à Polícia Federal do Rio de Janeiro. O superintendente que recebeu o pedido, acompanhado dos croquis e manuscritos recém-colhidos do capitão, foi o delegado Fábio Calheiros Wanderley. Nos autos, o tenente-coronel e escrivão Canto Barros esclareceu que três folhas de material padrão gráfico do punho do capitão foram colhidas no auditório da Divisão de Ensino da EsAO, onde funcionava o Conselho, ‘na presença de seus membros’.

“Os peritos foram Renato Haddad Aquino, do Instituto Nacional de Criminalística, e Ivan Machado de Campos, da Polícia Federal. O laudo ‘documentoscópico (grafotécnico)’, como foi classificado, chegou ao Conselho de Justificação oito dias depois, em 12 de janeiro. Dizia: **“SIM, não restam dúvidas** ao ser afirmado que os manuscritos no doc. 1 [os croquis, ou esboços], questionado, **promanaram do punho gráfico do capitão Jair Messias Bolsonaro**, fornecedor do material gráfico padrão já identificado no corpo do presente laudo. Tal afirmativa é oriunda das coincidências e características encontradas no confronto efetuado, entre os documentos examinados, que permitiram a determinação de autoria” (cf. Maklouf, **op. cit.**, p. 110).

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Então, diante de tais provas, como Bolsonaro foi absolvido (por 9 votos a 4) no STM?

Sua culpa fora constatada, até então, pela sindicância da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), pelo Conselho

Bolsonaro: perícias apontam sua autoria nos croquis da “Operação Beco Sem Saída” (foto: Marcos Corrêa/PR)

de Justificação e pelo ministro do Exército.

Por que um capitão de médio carreira – e com folha alterada por um ato de indisciplina como o artigo publicado na “Veja” em 1986 – mereceu tanta consideração de alguns ministros do STM?

A resposta – que Maklouf não oferece; é de nossa inteira responsabilidade – é que uma parte dos ministros (aliás, a maior parte) não estavam satisfeitos com o papel do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército de Tancredo e Sarney, ao garantir a transição para a democracia.

É verdade que essa insatisfação era um mal-estar, não uma rebelião. Mas esse mal-estar encontrou, no caso Bolsonaro, uma oportunidade para se manifestar.

Por exemplo, na reunião secreta do STM que julgou Bolsonaro, um dos ministros que o absolveram, diz: “uma das virtudes do ministro Leônidas foi unir o Exército; mas unir contra ele” (p. 234).

Há em seguida um silêncio que parece constrangedor; até porque o oficial que disse a frase não pertence ao Exército. Mas ele continua, declarando-se “revolucionário de 64, com noventa dias de cadeia e desacato a superiores, porque os superiores não tinham moral”. E, logo em seguida: “E para mim João Goulart não é saudosos”.

Tratava-se de um ataque a outro ministro do STM, José Luiz Clerot, que fora membro do governo João Goulart, e, nomeado para o tribunal pelo presidente Sarney, votara pela condenação de Bolsonaro.

Como observa Maklouf, tanto o relatório, a favor de Bolsonaro, de autoria do ministro Sérgio de Ary Pires, quanto os votos dos que o acompanharam, estavam contra a prova dos autos, em especial, as perícias.

Ao invés, o posicionamento do Ministério Público Militar (MPM) e dos quatro ministros que condenaram Bolsonaro, em especial o ministro José Luiz Clerot, são substanciais.

Disse – ou, melhor, escreveu – o representante do MPM, subprocurador-geral Milton Menezes da Costa Filho:

“O Justificante [Bolsonaro] não conseguiu se justificar. (...) Os autos retratam conduta que, inquestionavelmente, o coloca na inconfortável posição de incompatibilidade para o oficialato.

“O plano codinominado (!) ‘Beco sem Saída’ [exclamação do subprocurador] objetivando explodir bombas em unidades da Vila Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no interior do Rio de Janeiro e em vários quartéis, sob pretexto de chamar a atenção para os baixos vencimentos dos militares, se verídico, ou quixotesco, foi, realmente, descrito pelo Justificante à então repórter da revista Veja, Cassia Maria.

“... o campo ético-moral foi eficazmente ferido com a conduta, por si só, do Justificante. Acaso o pundonor militar não foi deveras ferido pelo Justificante, ao elaborar, de próprio punho, declaração publicamente desmentida, pondo em posição desconfortável o próprio titular da Pasta do Exército, que nela acreditou?”, indagou o subprocurador. “Como se apresentar um Oficial perante seus subordinados, arrastando um passado com um episódio tornado público, tão comprometedor?”

“Ao final, recomendou que o ‘Egrégio Colegiado Castrense’, como chamou o STM, considerasse o capitão Jair Bolsonaro culpado, “declarando a sua incompatibilidade com o oficialato e consequente perda do posto e da patente, tudo nos termos do art. 16, inciso I, da lei 5836/72” (cf. Maklouf, **op. cit.**, 125/126).

Continua no site